

# Retrato Territorial da Região Autónoma da Madeira



Dinâmicas Territoriais, Censos 2021

Direção Regional de Estatística da Madeira

## **RETRATO TERRITORIAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, FUNCHAL, 2023**

Retrato Territorial da Região Autónoma da Madeira / Direção Regional de Estatística da Madeira. -  
2023 - . Funchal,  
D.R.E.M. , 2023- .Anual  
ISSN: 2975-8149  
ISBN: 978-989-9188-02-0

### **Diretor Regional**

Paulo Baptista Vieira

### **Coordenação Técnica**

Guida Rodrigues – guida.rodrigues@ine.pt

Rita Freitas – rita.freitas@ine.pt

Ana Oliveira – ana.oliveira@ine.pt

### **Editor**

Direção Regional de Estatística da Madeira

Calçada de Santa Clara 38

9004-545 Funchal

Telefone: (+351) 291 145 126 (Chamada para a rede fixa nacional)

E-mail: drem@ine.pt

### **Data de disponibilidade de informação**

Outubro de 2023

Tiragem: 5 exemplares

Preço: 5,00€ (Isento de IVA nos termos do nº2 do art.º 2 do CIVA)

## Índice

Nota Introdutória .....	2
Resumo .....	3
1. Território .....	4
1.1. Matrizes territoriais de referência .....	4
1.2. Dimensão, posição geográfica e estrutura territorial .....	5
2. Ocupação do território .....	8
2.1. Um retrato a partir das unidades territoriais administrativas .....	12
2.2. Distribuição da população no parque habitacional .....	14
3. Mobilidade territorial: alterações de residência .....	17
4. Organização funcional dos territórios: mobilidades casa-trabalho e casa-local de estudo .....	23
4.1. Polos de emprego, entradas e saídas de população empregada .....	25
4.2. Polos de estudo, entradas e saídas de população estudante .....	28
4.3. Fluxos da população que sai do município de residência para trabalhar ou estudar .....	31
4.4. Modos e tempos de deslocação nos movimentos pendulares .....	36
5. Conceitos .....	43

## Nota Introdutória

Esta nova edição do Retrato Territorial da Região Autónoma da Madeira é dedicada às dinâmicas territoriais, identificadas a partir dos resultados definitivos do XVI Recenseamento Geral da População e VI Recenseamento Geral da Habitação (Censos 2021).

Pretende-se apresentar um retrato da Região, explorando a ocupação do território, a mobilidade territorial, através das alterações de residência, e a organização funcional dos territórios a partir das mobilidades casa-trabalho e casa-local de estudo.

No Capítulo 1, caracterizam-se as matrizes territoriais de referência para a análise, bem como a dimensão, posição geográfica e estrutura territorial da Região Autónoma da Madeira.

O Capítulo 2 centra-se na ocupação do território regional e na sua evolução entre 2011 e 2021, numa leitura a diferentes escalas territoriais: Tipologia de Áreas Urbanas, Quadrículas Estatísticas, Lugares Estatísticos e Freguesias. É também abordada a relação entre a distribuição da população residente e o parque habitacional.

No Capítulo 3, estuda-se a mobilidade territorial, através da análise das alterações de residência da população, medindo a capacidade de atração e repulsão evidenciada pelos territórios.

No Capítulo 4, explora-se a organização funcional dos territórios, medindo o impacto que as deslocações entre o local de residência e o local de trabalho ou estudo têm nos diferentes territórios. São identificados os territórios polarizadores de emprego/estudo e são analisados os fluxos da população que se desloca para outro município para trabalhar ou estudar. Ainda neste capítulo, analisam-se os tempos médios e os meios de transporte utilizados nas referidas deslocações.

Ao longo deste estudo, os principais resultados são apresentados recorrendo a gráficos e cartogramas criados a partir do *software* R, da tecnologia SIG (Sistema de Informação Geográfica) e da ferramenta de mapeamento ArcGIS. Esta divulgação é acompanhada por um *Storymap* (publicação digital interativa), que permite adicionar mapas e gráficos interativos a textos descritivos, imagens e vídeos.

## Resumo

De acordo com os Censos 2021 relativos às dinâmicas territoriais na R.A. Madeira, constata-se que:

### OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO

- Em 2021, havia uma maior concentração da população no litoral sul da ilha da Madeira, especialmente numa faixa compreendida entre Câmara de Lobos e Machico.
- Residiam 313,0 habitantes por km<sup>2</sup>, verificando-se um contraste significativo entre a densidade do povoamento das áreas predominantemente urbanas (759,0 hab/km<sup>2</sup>) e rurais (49,4 hab/km<sup>2</sup>).
- Entre 2011 e 2021, a população residente na Região diminuiu 6,4%. Água de Pena (+12,9%), Sé (+8,3%), Jardim do Mar (+5,4%), Caniço (+2,9%), São Martinho (+1,7%), Calheta (+0,8%) e Tabua (+0,2%) foram as únicas freguesias a registarem um aumento populacional na última década.
- Foram contabilizados 639 lugares estatísticos na Região, sendo o lugar Funchal o maior aglomerado populacional, contendo 105 701 habitantes (42,2% da população da Região).
- A grande maioria dos lugares estatísticos (98,3%) tinha menos de 1 500 habitantes (628 lugares), sendo de assinalar que em 333 lugares a população não ultrapassava os 100 residentes.
- A proporção de edifícios (30,8%) no município do Funchal era inferior à de alojamentos familiares clássicos (39,9%), indicando um predomínio da construção em altura no território.

### MOBILIDADE TERRITORIAL: ALTERAÇÕES DE RESIDÊNCIA

- Em 2021, 12,4% da população residente na Região (31 170 pessoas) havia alterado o seu local de residência relativamente a 31 de dezembro de 2019, evidenciando um aumento da mobilidade territorial em comparação com 2011 (9,7%).
- Na última década, alargou-se o âmbito espacial das alterações de residência: 49,4% da população que alterou de residência era proveniente de outro município (23,8% em 2011).
- A proporção de população que a 31/12/2019 residia no estrangeiro era de 11,8% (8,5% em 2011), sendo que os territórios com maior capacidade de atração desta população residente encontravam-se no norte e oeste da ilha da Madeira.
- Do total das 3 691 alterações de residência de população proveniente do estrangeiro, a maioria tinha residência anterior no Reino Unido (32,8%) ou na Venezuela (21,8%).

### ORGANIZAÇÃO FUNCIONAL DOS TERRITÓRIOS: MOBILIDADES CASA-TRABALHO E CASA-LOCAL DE ESTUDO

- O Funchal era o mais importante polo de emprego e de estudo na Região, onde a taxa de atração de empregados (34,3%) e de estudantes (30,4%) era mais elevada e a taxa de repulsão mais baixa (11,8% e 11,2%, respetivamente).
- Santa Cruz destaca-se pela elevada taxa de repulsão: 55,8% da população empregada e 47,6% da população estudante residente trabalhava ou estudava noutro município.
- Dos 28 968 empregados residentes que se deslocavam para outro município da Região para trabalhar, 64,7% entravam no Funchal (18 748 empregados), provenientes maioritariamente de Santa Cruz (46,9%) ou de Câmara de Lobos (29,2%).
- Dos 8 451 estudantes residentes que se deslocavam para outro município da Região por motivos de estudo, 79,6% entravam no Funchal (6 731 estudantes), provenientes maioritariamente de Santa Cruz (45,4%) de Câmara de Lobos (28,3%).
- Mais de metade da população residente empregada (71,0%) ou estudante (52,4%) utilizava o automóvel ligeiro como principal meio de transporte nos movimentos pendulares (trajetos casa-trabalho e casa-local de estudo).
- A população empregada ou estudante que utilizava transporte individual (automóvel, motociclo ou bicicleta) como principal meio de transporte nos movimentos pendulares demorava, em média, 15,7 minutos, enquanto a população que recorria ao transporte coletivo (autocarro, transporte coletivo empresa/escola ou barco) demorava 30,6 minutos (mais 14,9 minutos) no trajeto casa-trabalho ou casa-local de estudo.

## 1. Território

### 1.1. Matrizes territoriais de referência

#### Código de Divisão Administrativa

O Código de Divisão Administrativa apresenta uma estrutura de três níveis: 1) o distrito (no caso do Continente) e a ilha (no caso das Regiões Autónomas); 2) o município; 3) a freguesia. Este código é utilizado na Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP), sendo da responsabilidade da Direção-Geral do Território (DGT) que regista a delimitação territorial e a demarcação das circunscrições administrativas do país (distritos, municípios e freguesias).

#### Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

A Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS) tem como objetivo proporcionar uma repartição única, uniforme e hierárquica das unidades territoriais para a produção e difusão de estatísticas. O território nacional subdivide-se em três níveis: NUTS I – correspondentes a Portugal Continental, à Região Autónoma dos Açores e à Região Autónoma da Madeira; NUTS II – cinco regiões no Continente (Norte, Centro, Área Metropolitana de Lisboa, Alentejo e Algarve) e as duas Regiões Autónomas; NUTS III – 23 Entidades Intermunicipais (Comunidades Intermunicipais e Áreas Metropolitanas) e as duas Regiões Autónomas. As NUTS I a III portuguesas correspondem a unidades administrativas no Regulamento (CE) n.º 1059/2003 relativo à instituição das NUTS.

As regiões NUTS, em articulação com os níveis referentes ao município e à freguesia do código da divisão administrativa [Figura 1], constituem o principal sistema de organização do território para a difusão de informação estatística oficial. O Regulamento (CE) n.º 1059/2003 passou a incluir, desde 2017, as tipologias territoriais da União e as quadrículas estatísticas, a fim de assegurar uma aplicação harmonizada nos Estados-Membros (TERCET, Regulamento (UE) 2017/2391 que altera o Regulamento (CE) n.º 1059/2003 no que respeita às tipologias territoriais).

#### Tipologia de Áreas Urbanas

A Tipologia de Áreas Urbanas (TIPAU) de 2014<sup>1</sup> para fins estatísticos constitui uma nomenclatura territorial da intensidade de urbanização para Portugal mediante a classificação tripartida e exaustiva das freguesias em três categorias: área predominantemente urbana (APU), área mediamente urbana (AMU) e área predominantemente rural (APR). A metodologia seguida na TIPAU 2014 assentou numa abordagem desenvolvida ao nível da subsecção e secção estatísticas dos Censos de 2011 e será revista com base nos resultados definitivos dos Censos 2021. Complementarmente, a TIPAU 2014 define população urbana – população residente nas áreas predominantemente urbanas – e áreas urbanas com designação própria enquanto conjuntos de freguesias APU contíguas, confinados ao limite do município.

---

<sup>1</sup> 1 A TIPAU 2014 foi estabelecida de acordo com a 39.ª Deliberação da Secção Permanente de Coordenação Estatística do Conselho Superior de Estatística publicada no Diário da República, 2ª série, n.º 144, de 29 de julho de 2014, substituindo a anterior versão de 2009.

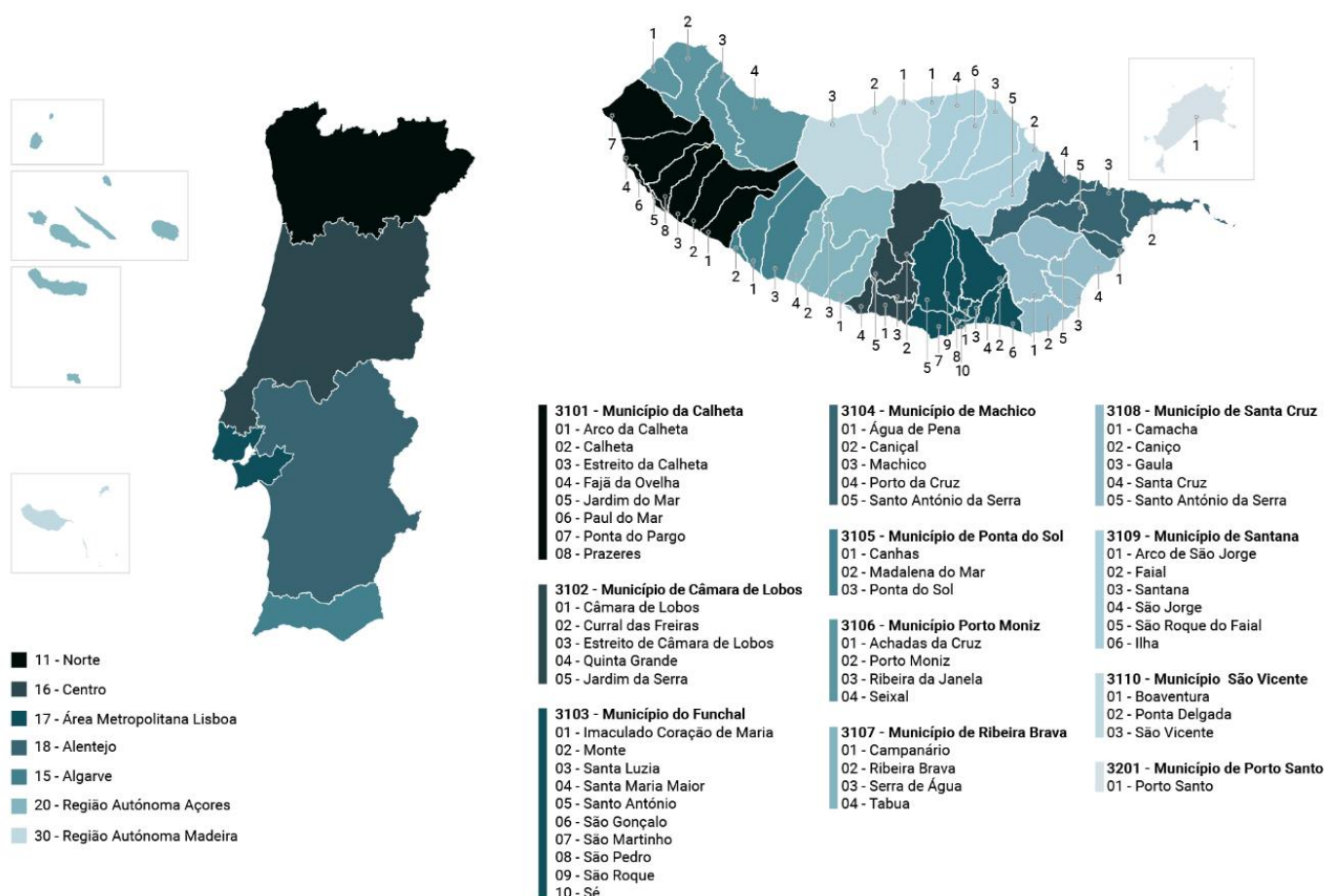
### Quadrículas estatísticas

As quadrículas estatísticas são um sistema espacial de referência da informação para o território da União Europeia mantido pelo Eurostat, estando em conformidade com as especificações estabelecidas no Regulamento (UE) n.º 1089/2010. Nesta análise, utilizam-se as quadrículas 1x1 km.

### Lugares estatísticos

Entende-se por lugar estatístico um aglomerado populacional com 10 ou mais alojamentos destinados à habitação de pessoas e com uma designação própria, independentemente de pertencer a uma ou mais freguesias.

Figura 1 – Matrizes territoriais e Códigos de Divisão Administrativa – NUTS II, Municípios e Freguesias



Fonte: Ministério da Coesão Territorial - DGT, CAOP 2021.

## 1.2. Dimensão, posição geográfica e estrutura territorial

A Região Autónoma da Madeira tem uma área de 801,1 km<sup>2</sup>, atingindo um comprimento máximo de 344 km entre o extremo norte (Ilhéu de Fora, Porto Santo) e o extremo sul (Ponta do Sul – Ilhéu de Fora, Selvagens), um comprimento de 134 km entre o extremo este (Ponta do Leste, Selvagem Grande) e o extremo oeste (Ponta do Pargo, Ilha da Madeira) e uma altitude máxima de 1 862 m [Figuras 2 e 3].

Figura 2 – Área, perímetro, extensão máxima e altimetria, Município, 2021

	Área	Perímetro	Comprimento máximo		Altitude		Amplitude altimétrica
			Norte-Sul	Este-Oeste	Máxima	Mínima	
			km		m		
km <sup>2</sup>	km						
<b>R. A. Madeira</b>	<b>801,1</b>	<b>429</b>	<b>344</b>	<b>134</b>	<b>1 862</b>	<b>0</b>	<b>1 862</b>
Calheta	111,5	63	15	18	1 640	0	1 640
Câmara de Lobos	52,2	46	13	10	1 862	0	1 862
Funchal	76,2	84	300	106	1 818	0	1 818
Machico	68,3	107	10	23	1 480	0	1 480
Ponta do Sol	46,3	34	10	9	1 620	0	1 620
Porto Moniz	82,9	57	12	15	1 640	0	1 640
Ribeira Brava	65,5	42	11	10	1 725	0	1 725
Santa Cruz	81,3	97	37	41	1 415	0	1 415
Santana	95,5	56	13	12	1 862	0	1 862
São Vicente	78,8	41	9	12	1 725	0	1 725
Porto Santo	42,7	107	15	12	517	0	517

Fonte: Ministério da Coesão Territorial - DGT, CAOP 2021.

Nota: Os valores das áreas e perímetros foram calculados a partir da base de dados geográfica da CAOP 2021, no Sistema de Referência PTSA08-UTM/ITRF93 para as regiões autónomas. Os comprimentos máximos das unidades territoriais foram medidos sobre o elipsoide GRS80. Na direção Norte-Sul, correspondem ao arco de meridiano entre os pontos extremos a Norte e a Sul de cada unidade territorial. Na direção Este-Oeste, correspondem ao arco de paralelo, calculado à latitude média de cada unidade territorial, entre as longitudes dos seus extremos a Este e a Oeste. O critério adotado é o da unidade territorial administrativa, incluindo os casos em que a unidade territorial é constituída por territórios descontínuos. Os valores da altitude foram obtidos a partir do Modelo Digital de Terreno (modelo de triângulos) resultante da carta 1:50 000 da DGT.

Figura 3 – Pontos extremos de posição geográfica por ilha, R.A. Madeira, 2021

	Unidade: graus minutos segundos							
	Latitude				Longitude			
	Norte		Sul		Este		Oeste	
	Local	Coordenadas geográficas	Local	Coordenadas geográficas	Local	Coordenadas geográficas	Local	Coordenadas geográficas
<b>R. A. Madeira</b>	<b>Ilhéu de Fora</b>	<b>33° 07' 41"</b>	<b>Ponta do Sul - Ilhéu de Fora (Selvagens)</b>	<b>30° 01' 49"</b>	<b>Ponta do Leste (Selvagem Grande)</b>	<b>-15° 51' 21"</b>	<b>Ponta do Pargo</b>	<b>-17° 15' 57"</b>
Madeira	Ponta do Tristão	32° 52' 14"	Ponta do Sul - Ilhéu de Fora (Selvagens)	30° 01' 49"	Ponta do Leste (Selvagem Grande)	-15° 51' 21"	Ponta do Pargo	-17° 15' 57"
Porto Santo	Ilhéu de Fora	33° 07' 41"	Ponta do Ilhéu (Ilhéu de Baixo)	32° 59' 46"	Escadinha (Ilhéu de Cima)	-16° 16' 38"	Ilhéu de Ferro	-16° 24' 38"

Fonte: Ministério da Coesão Territorial - DGT, CAOP 2021.

Nota: As coordenadas foram determinadas em ITRF93. O critério adotado é o da unidade territorial administrativa, incluindo os casos em que a unidade territorial é constituída por territórios descontínuos.

A Região é constituída por 7 cidades estatísticas, 9 vilas, 11 municípios e 54 freguesias, sendo o município do Funchal o que se divide num maior número de freguesias (10).

A partir dos Censos 2021, contabilizaram-se 639 lugares estatísticos na Região [Figura 4], ou seja, aglomerados populacionais com 10 ou mais alojamentos destinados à habitação, que possuem uma designação própria, independentemente de pertencerem a uma ou mais freguesias.

Figura 4 – Estrutura territorial, Município, 2021

	Freguesias	Lugares estatísticos	Cidades estatísticas	Vilas
	N.º			
<b>R. A. Madeira</b>	<b>54</b>	<b>639</b>	<b>7</b>	<b>9</b>
Calheta	8	72	0	1
Câmara de Lobos	5	59	1	1
Funchal	10	1	1	0
Machico	5	35	1	2
Ponta do Sol	3	86	0	1
Porto Moniz	4	27	0	1
Ribeira Brava	4	85	0	1
Santa Cruz	5	102	2	1
Santana	6	87	1	0
São Vicente	3	61	0	1
Porto Santo	1	24	1	0

Fonte: Ministério da Coesão Territorial - DGT, CAOP 2021. INE/DREM, Recenseamentos da População e da Habitação.

## 2. Ocupação do território

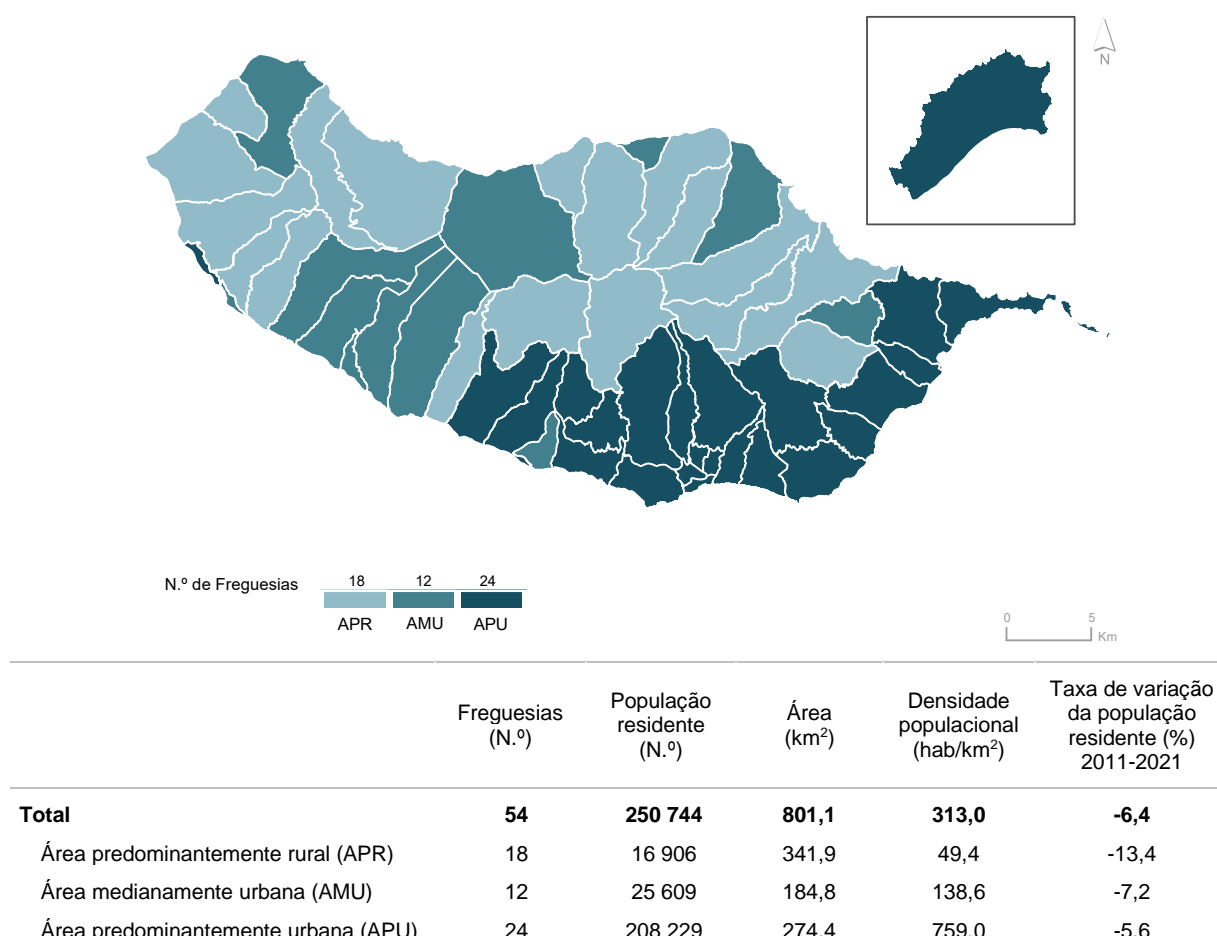
### Tipologia de Áreas Urbanas

Em 2021, a população residente na Região era de 250 744 pessoas, distribuídas em áreas predominantemente rurais (16 906), medianamente urbanas (25 609) e predominantemente urbanas (208 229) [Figura 5]. Em termos relativos, as 18 freguesias caracterizadas como APR continham 6,7% da população residente, sendo que nas 12 freguesias de tipologia AMU e nas 24 freguesias de tipologia APU residiam 10,2% e 83,0% da população, respetivamente.

A análise da distribuição da população residente no território regional segundo a TIPAU 2014 evidencia, naturalmente, uma maior concentração populacional na tipologia APU (759,0 hab/km<sup>2</sup>), seguindo-se a tipologia AMU (138,6 hab/km<sup>2</sup>) e APR (49,4 hab/km<sup>2</sup>).

Entre 2011 e 2021, a população residente na Região reduziu-se em 17 041 pessoas (-6,4%), sendo o decréscimo relativo mais acentuado em áreas predominantemente rurais (-13,4%) e menos acentuado em áreas predominantemente urbanas (-5,6%).

Figura 5 – Caracterização da tipologia de áreas urbanas, Freguesia, 2021



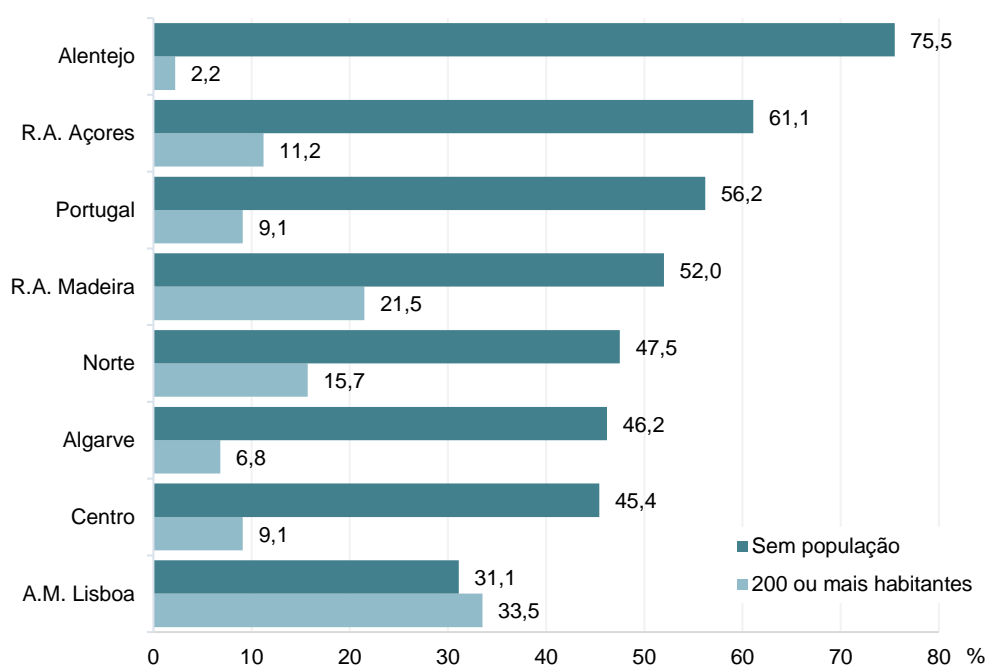
Fonte: Ministério da Coesão Territorial - DGT, CAOP 2021. INE/DREM, Recenseamentos da População e da Habitação.

### Quadrículas estatísticas

Na maioria das quadrículas estatísticas do território regional com dimensão de 1 km<sup>2</sup> não residiam quaisquer pessoas (52,0%), sendo que em 26,5% residiam entre 1 e 199 habitantes e em apenas 21,5% residiam 200 ou mais habitantes [Figura 6].

Relativamente às restantes regiões NUTS II do país, o Alentejo destaca-se por uma maior proporção de quadrículas sem população residente (75,5%) e a Área Metropolitana de Lisboa por uma maior percentagem de quadrículas com 200 ou mais habitantes (33,5%).

Figura 6 – Proporção de quadrículas 1x1 km sem população e com 200 ou mais habitantes, NUTS II, 2021



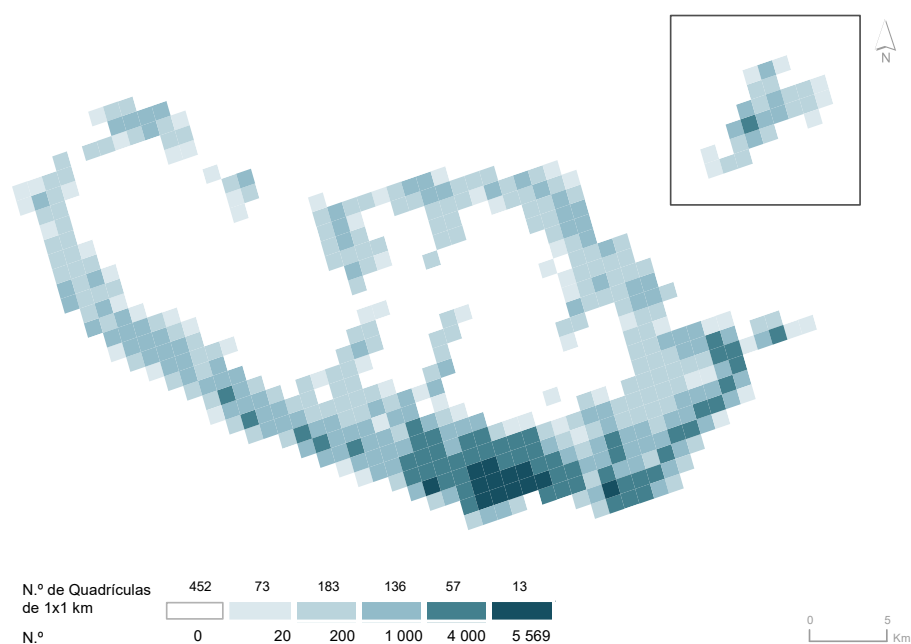
Fonte: Eurostat. INE/DREM, Recenseamentos da População e da Habitação.

Nota: A referenciação espacial das quadrículas às NUTS II teve por base a posição do centróide da célula.

A análise da distribuição da população residente no território regional por quadrícula estatística mostra uma maior concentração da população no litoral sul da ilha da Madeira [Figura 7], particularmente numa faixa compreendida entre Câmara de Lobos e Machico, sendo visíveis 13 quadrículas de densidade populacional mais elevadas, com mais de 4 000 habitantes, localizadas sobretudo no município do Funchal.

No interior da ilha da Madeira destacam-se duas áreas com alguma densidade populacional. A primeira coincide com uma das ligações terrestres mais utilizadas entre o norte e o sul da ilha da Madeira, que une a freguesia de São Vicente à freguesia da Serra de Água. A segunda sobrepõe-se à ligação entre o Curral das Freiras e o Jardim da Serra.

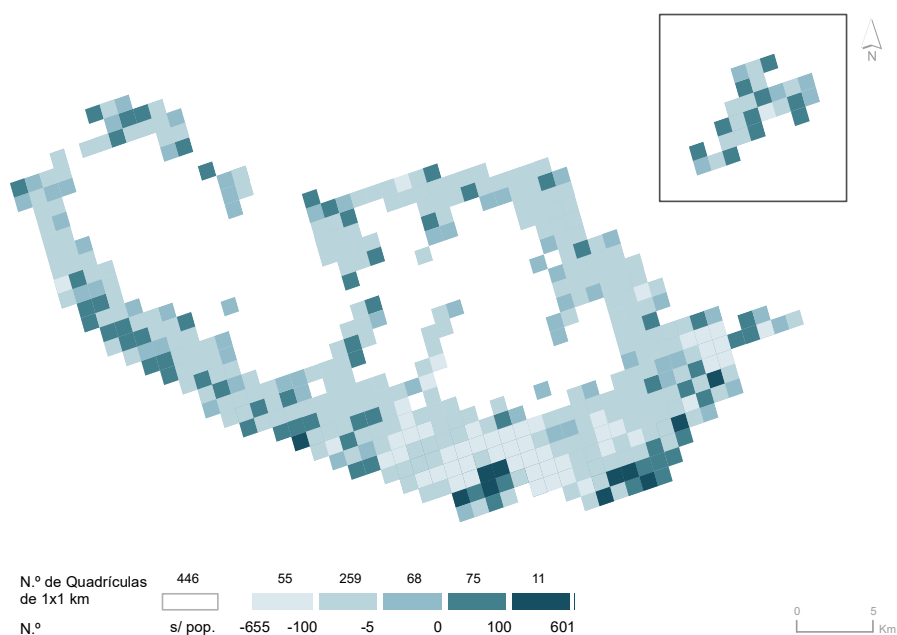
Figura 7 – População residente por quadrícula 1x1 km, 2021



Fonte: Eurostat. INE/DREM, Recenseamentos da População e da Habitação.

A leitura da evolução da população residente, entre 2011 e 2021 [Figura 8], evidencia o processo de litoralização da população e mostra um aumento populacional nos territórios mais periféricos do centro do Funchal, principalmente aqueles localizados em São Martinho e entre o Caniço e Água de Pena. Por oposição, destaca-se o decréscimo populacional nas quadrículas localizadas, sobretudo, nas restantes freguesias do Funchal e de Câmara de Lobos.

Figura 8 – Evolução da população residente por quadrícula 1x1 km, 2011-2021



Fonte: Eurostat. INE/DREM, Recenseamentos da População e da Habitação.

### Lugares estatísticos

A representação dos lugares estatísticos e da respetiva dimensão populacional confirmam o desequilíbrio da distribuição da população residente no território regional, observando-se uma maior concentração da população nos lugares localizados no litoral da ilha da Madeira [Figura 9].

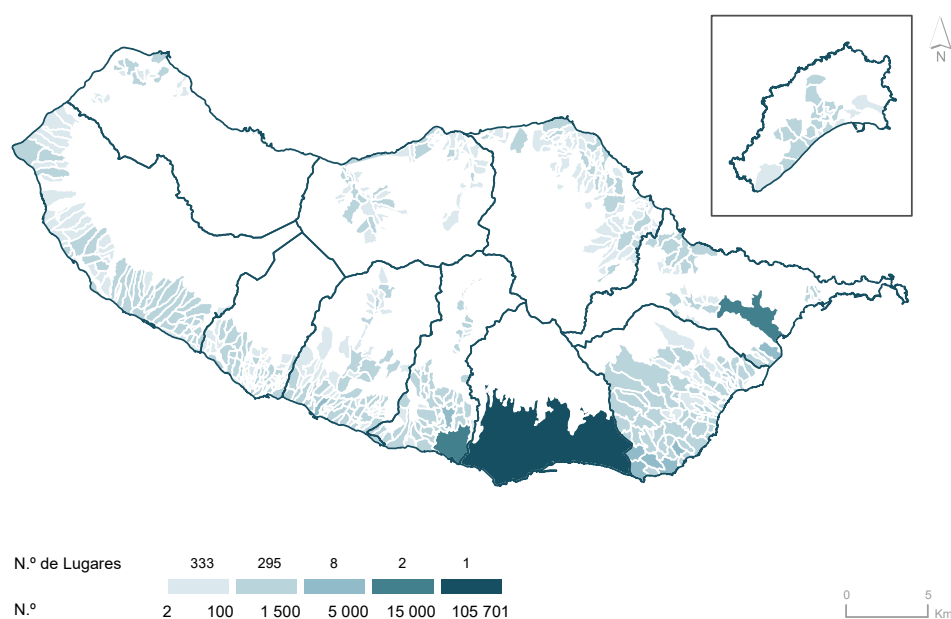
Em 2021, o lugar estatístico denominado Funchal (que corresponde à cidade estatística do Funchal e não à totalidade do município do Funchal) era o maior aglomerado populacional da Região, contendo 105 701 habitantes (42,2% da população da Região). Os dois seguintes lugares estatísticos com mais habitantes eram as cidades de Câmara de Lobos e de Machico que aglomeravam, respetivamente, 14 091 e 10 037 habitantes, ou seja, 5,6% e 4,0% da população da Região.

A grande discrepância entre a dimensão populacional do lugar Funchal e dos lugares Câmara de Lobos e Machico deve-se à elevada superfície da cidade do Funchal (35,6 km<sup>2</sup>) por comparação com a das cidades de Câmara de Lobos (3,6 km<sup>2</sup>) e Machico (5,4 km<sup>2</sup>). Contudo, quando se analisa a densidade populacional destes lugares, é Câmara de Lobos que se destaca pela maior densidade (3 881,1 hab/km<sup>2</sup>), acima do Funchal (2 971,6 hab/km<sup>2</sup>) e de Machico (1 856,4 hab/km<sup>2</sup>).

Contabilizaram-se apenas 8 lugares com uma dimensão populacional entre 1 501 e 5 000 habitantes, nos quais residiam 19 886 pessoas (7,9% da população da Região).

A grande maioria dos lugares estatísticos (98,3%) tinha menos de 1 500 habitantes (628 lugares), sendo de assinalar que em 333 aglomerados a população não ultrapassava os 100 residentes e em 295 lugares existiam entre 101 e 1 500 residentes. No total dos aglomerados com menos de 100 habitantes, residiam 17 348 pessoas (6,9% da população da Região) e, no total dos 295 lugares do intervalo [101, 1 500 habitantes], residiam 82 573 pessoas (32,9% da população da Região).

Figura 9 – População por lugar estatístico, 2021



Fonte: INE/DREM, Recenseamentos da População e da Habitação.

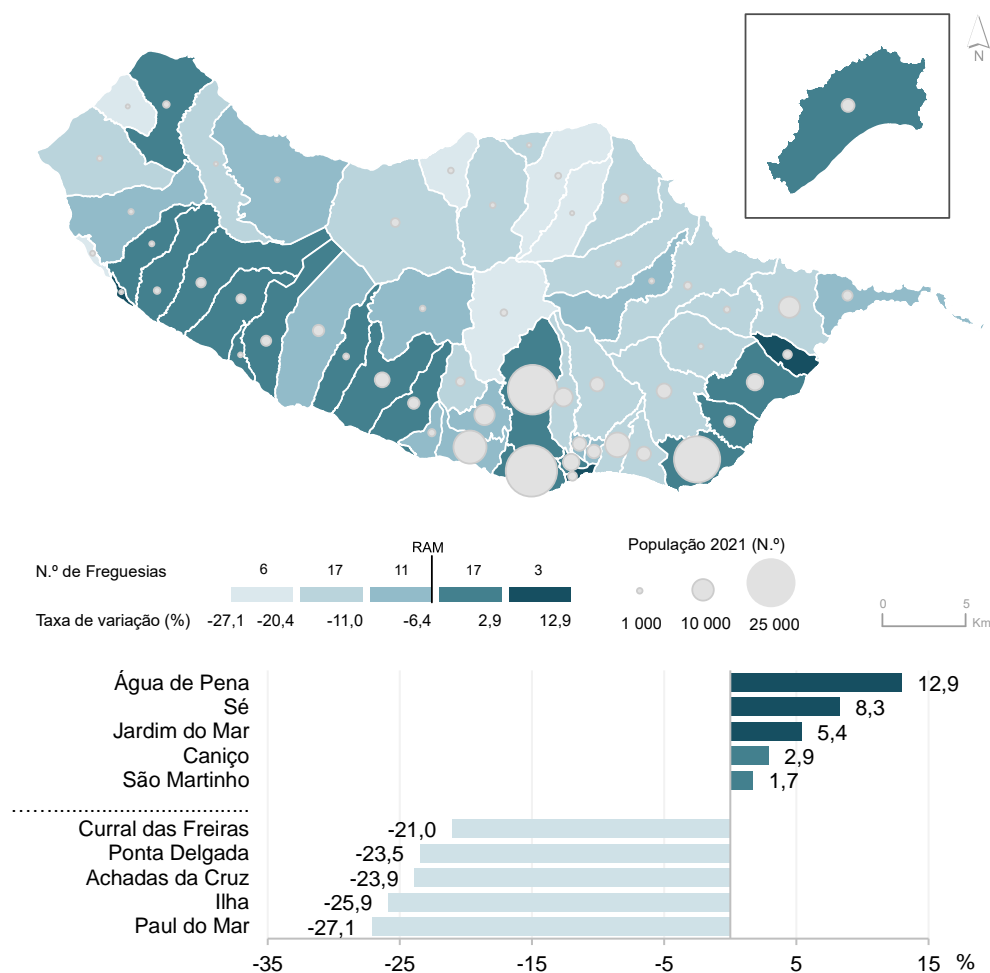
## 2.1. Um retrato a partir das unidades territoriais administrativas

Em 2021, residiam mais de 20 000 habitantes por freguesia apenas em São Martinho (26 929), Santo António (25 940) e Caniço (24 046). Em oposição, nas Achadas da Cruz (121) e na Ilha (189) residiam menos de 200 pessoas [Figura 10].

Entre 2011 e 2021, a população residente na Região diminuiu de 267 785 para 250 744 pessoas, representando uma perda de 6,4%. Água de Pena (+12,9%), Sé (+8,3%), Jardim do Mar (+5,4%), Caniço (+2,9%), São Martinho (+1,7%), Calheta (+0,8%) e Tabua (+0,2%) foram as únicas freguesias a registarem um aumento populacional na última década.

Com taxas de variação negativas inferiores a -25%, destacam-se as freguesias do Paul do Mar (-27,1%) e da Ilha (-25,9%).

Figura 10 – População residente, taxa de variação da população residente e as cinco freguesias com menor/maior taxa de variação, Freguesia, 2011-2021

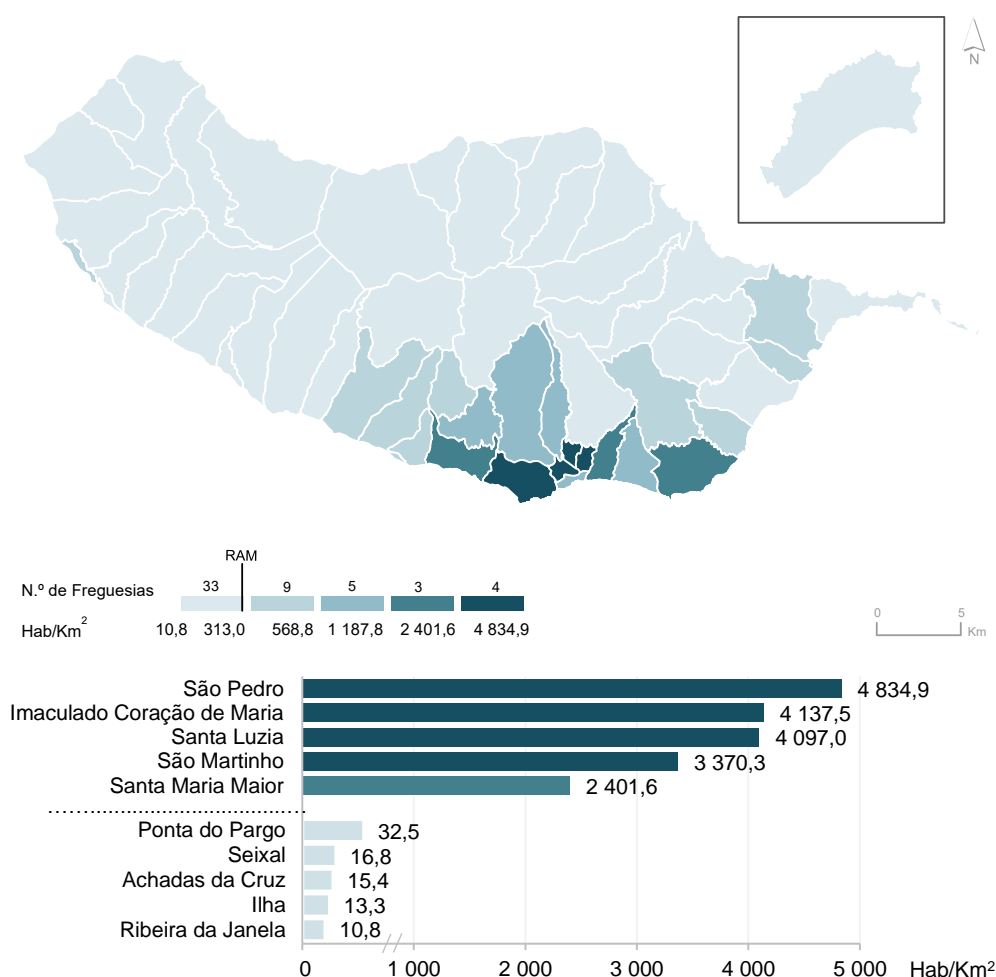


Fonte: INE/DREM, Recenseamentos da População e da Habitação.

Em 2021, residiam na Região 313,0 habitantes por km<sup>2</sup>, verificando-se uma assimetria na distribuição da população no território regional, uma vez que das 54 freguesias, apenas 21 (38,9%) registavam densidades populacionais superiores à referência da Região [Figura 11].

É notório o contraste entre as freguesias localizadas na costa norte e oeste da ilha da Madeira – com densidades populacionais mais reduzidas – e as localizadas na costa sul (mais densamente povoadas). Destacam-se três freguesias no município do Funchal com densidades superiores a 4 000 habitantes por km<sup>2</sup>: São Pedro (4 834,9 hab/km<sup>2</sup>), Imaculado Coração de Maria (4 137,5 hab/km<sup>2</sup>) e Santa Luzia (4 097,0 hab/km<sup>2</sup>); contrastando com a Ribeira da Janela, onde se registou a menor densidade populacional (10,8 hab/km<sup>2</sup>).

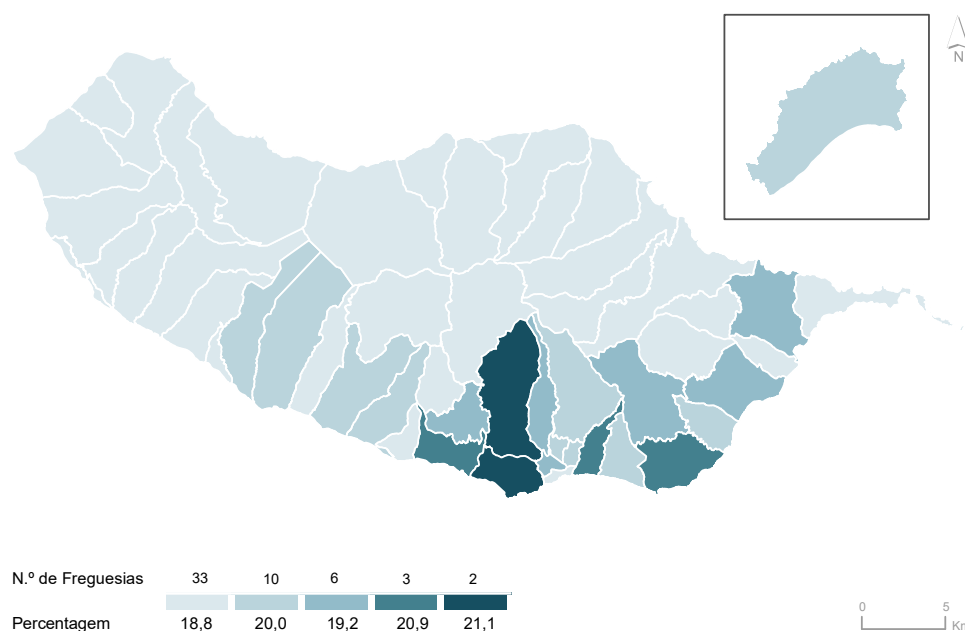
Figura 11 – Densidade populacional e as cinco freguesias com menor/maior densidade populacional, Freguesia, 2021



Fonte: INE/DREM, Recenseamentos da População e da Habitação.

É evidente a concentração da população no Funchal [Figura 12]. Cerca de 21% da população da Região concentrava-se nas suas duas freguesias mais populosas, Santo António e São Martinho, que abrangiam apenas 3,8% do território. No outro extremo, contendo cerca de 19% da população, tínhamos as 33 freguesias menos povoadas e que ocupavam 63,9% da área da Região.

Figura 12 – Distribuição da população no território e área do território, Freguesia, 2021



N.º Freguesias	População (N.º)	Área (km <sup>2</sup> )	População (%)	Área (%)
<b>Total</b>	<b>250 744</b>	<b>801,1</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
2	52 869	30,1	21,1	3,8
3	52 370	24,7	20,9	3,1
6	48 104	81,8	19,2	10,2
10	50 192	152,4	20,0	19,0
33	47 209	512,1	18,8	63,9

Fonte: INE/DREM, Recenseamentos da População e da Habitação.

Nota: As freguesias foram ordenadas da mais populosa à menos populosa e agrupadas em cinco grupos de aproximadamente igual população.

## 2.2. Distribuição da população no parque habitacional

Em 2021, à semelhança do que acontecia com a população residente, os 90 970 edifícios e 131 037 alojamentos familiares clássicos existentes na Região (residências habituais, residências secundárias e alojamentos vagos) estavam distribuídos desigualmente no território, verificando-se uma maior concentração de edifícios e alojamentos no Funchal e nos municípios vizinhos: Santa Cruz e Câmara de Lobos [Figura 13].

O Funchal concentrava 42,2% da população, 30,8% dos edifícios e 39,9% dos alojamentos. Este município destaca-se, ainda, por um maior diferencial negativo entre o peso relativo dos edifícios e o

de alojamentos familiares clássicos, menos 9,1 pontos percentuais (p.p.), indicando um predomínio da construção em altura no território. Apenas em Santa Cruz se verifica a mesma relação, sendo a repartição de edifícios inferior (13,7%) à de alojamentos (15,5%) em 1,8 p.p..

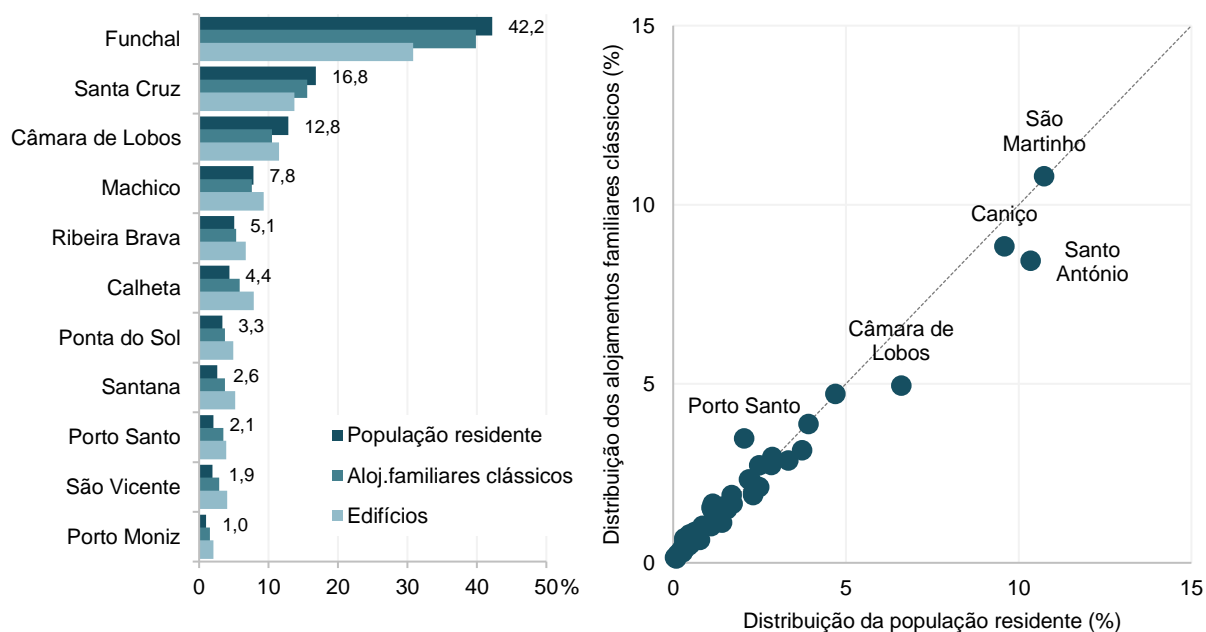
A comparação entre a distribuição da população residente e a distribuição dos alojamentos familiares clássicos, tendo como referencial a bissetriz (linha a tracejado da Figura 13) – que representa a igualdade entre as duas distribuições – constitui um *proxy* para a análise da adequação potencial do parque habitacional à repartição da população<sup>2</sup>.

Em 2021, na maioria das freguesias (38) a percentagem dos alojamentos familiares clássicos era superior à da população residente (freguesias acima da bissetriz), destacando-se o Porto Santo com a maior diferença percentual, evidenciando o efeito das residências secundárias nesta ilha.

Abaixo da bissetriz, indicando um maior peso da população residente relativamente à repartição dos alojamentos, contabilizam-se 16 freguesias. Destacam-se as freguesias de Santo António, Câmara de Lobos e Caniço com as diferenças mais elevada entre estas duas proporções, sugerindo uma menor adequação da disponibilidade de oferta de habitação à população residente.

Ainda, São Martinho sobressai, não apenas pela elevada concentração de população residente (10,7%) e de alojamentos (10,8%), mas também pelo ajustamento do parque habitacional à repartição da população na freguesia (valores coincidentes com a bissetriz).

Figura 13 – Repartição da população residente, dos alojamentos familiares clássicos e dos edifícios, Município e Freguesia, 2021

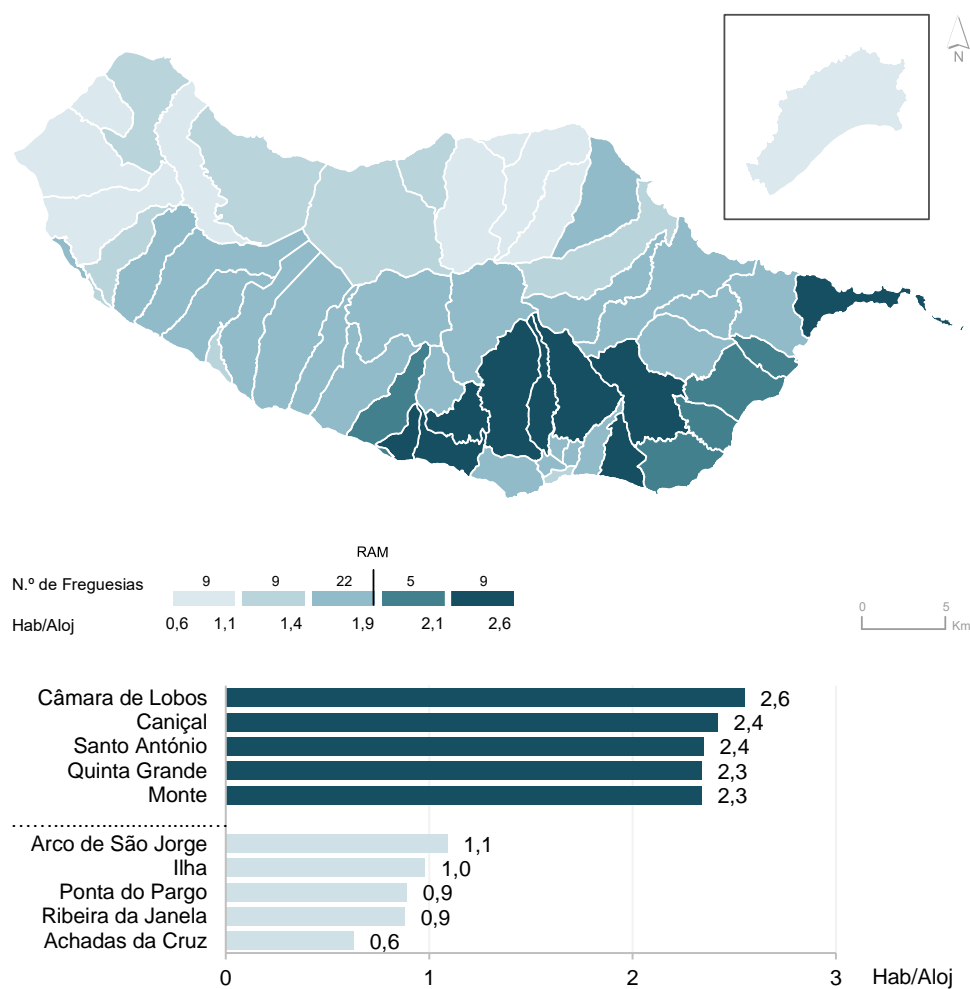


Fonte: INE/DREM, Recenseamentos da População e da Habitação.

<sup>2</sup> Refere-se “*proxy*” porque não se considera nesta relação a tipologia dos alojamentos e refere-se “potencial” pois não se atende à estrutura de agregados domésticos privados nem à respetiva capacidade financeira destes acederem aos alojamentos potencialmente disponíveis, incluindo vagos e residências secundárias.

Em 2021, o número de habitantes por alojamento familiar clássico era de 1,9 pessoas [Figura 14], valor ligeiramente inferior ao apurado em 2011 (2,1 pessoas). A análise deste rácio revela que, em apenas 14 freguesias, o número de habitantes por alojamento familiar clássico era igual ou superior a 2 habitantes. Com uma média mais elevada sobressai Câmara de Lobos, onde residiam 2,6 habitantes por alojamento.

Figura 14 – Habitantes por alojamento familiar clássico e as cinco freguesias com menos/mais habitantes por alojamento, Freguesia, 2021



Fonte: INE/DREM, Recenseamentos da População e da Habitação.

### 3. Mobilidade territorial: alterações de residência

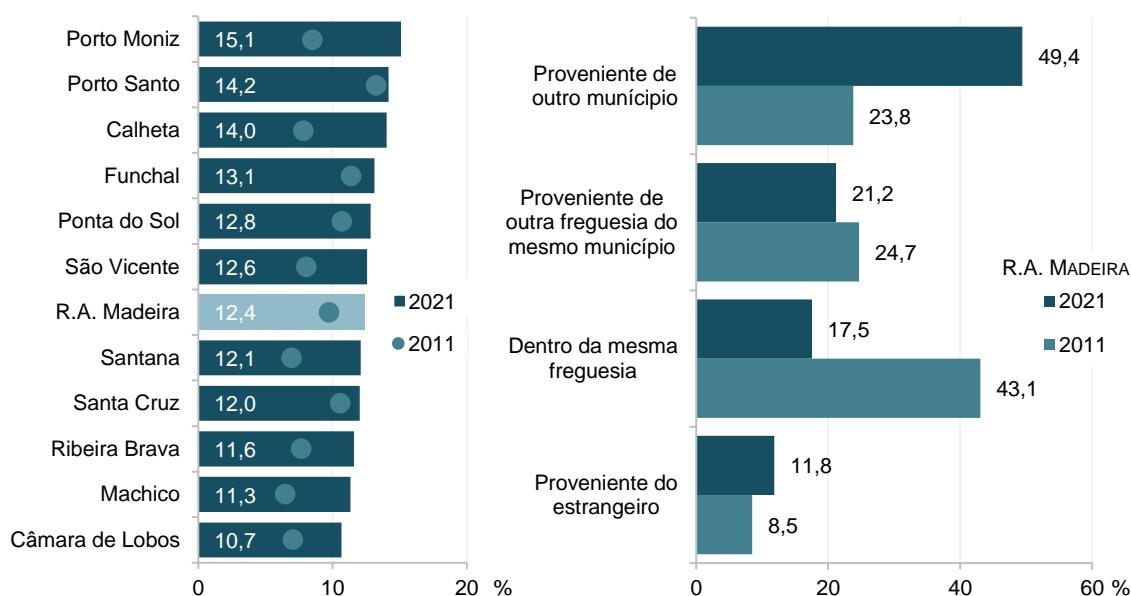
O Recenseamento Geral da População constitui uma fonte estatística para o estudo da mobilidade geográfica residencial. Em 2021, colocou-se a questão sobre a alteração de residência relativamente a 31/12/2019. As modalidades de resposta foram: na freguesia onde reside atualmente; no mesmo município, mas noutra freguesia; noutro município; no estrangeiro. Em 2011, as modalidades de resposta eram idênticas, mas a questão incidia sobre a distinção entre o local de residência em dois momentos anteriores: relativamente a 31/12/2005 e relativamente a 31/12/2009.

Em 2021, 12,4% da população residente na Região (31 170 pessoas) havia alterado o seu local de residência relativamente a 31 de dezembro de 2019, evidenciando um aumento da mobilidade territorial em comparação com 2011 (9,7%) [Figura 15].

A percentagem da população que tinha mudado de residência era superior no Porto Moniz (15,1%) e inferior em Câmara de Lobos (10,7%). Face a 2011, verificou-se um aumento da mobilidade territorial em todos os municípios, sendo esse aumento superior no Porto Moniz (6,6 p.p.) e na Calheta (6,2 p.p.).

Do conjunto da população que mudou de residência em 2021 face a 31 de dezembro de 2019, quase metade era proveniente de outro município (49,4%), 21,2% mudaram de freguesia dentro do mesmo município, 17,5% alteraram a sua residência dentro da mesma freguesia e 11,8% tinham residência anterior no estrangeiro. Entre 2011 e 2021, evidencia-se um alargamento espacial das alterações de residência, tendo o peso das alterações de residência provenientes de outro município aumentado e a percentagem das alterações de residência dentro do mesmo município diminuído na última década.

Figura 15 – Proporção da população que mudou de residência (relativamente a 31 de dezembro de 2019) e repartição por local de proveniência, Município e R.A. Madeira, 2011 e 2021<sup>3</sup>



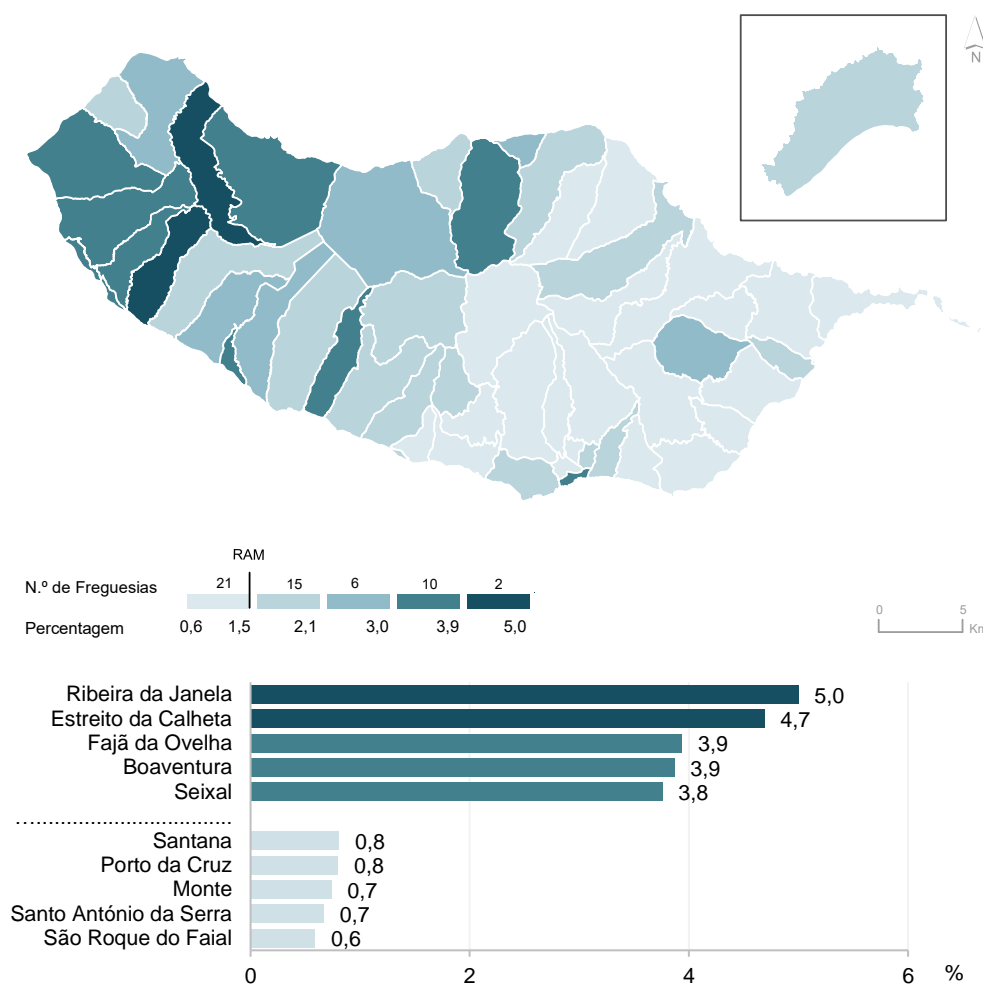
Fonte: INE/DREM, Recenseamentos da População e da Habitação.

<sup>3</sup> Este indicador refere-se a 31 de dezembro de 2009 e 2019, respetivamente para 2011 e 2021.

A análise das alterações de residência mostra, também, um aumento relativo da importância da população residente proveniente do estrangeiro, passando a representar 11,8% (3 691) das alterações de residência em 2021 (2 197 em 2011; 8,5%).

Em 2021, os territórios com maior capacidade de atração de população residente<sup>4</sup> que em 31/12/2019 vivia no estrangeiro encontravam-se, sobretudo, na zona norte e oeste da ilha da Madeira [Figura 16]. Destacam-se as freguesias da Ribeira da Janela e do Estreito da Calheta com taxas de atração superiores. Cerca de 5% da população residente nestas freguesias em 2021 tinham residência no estrangeiro no final de 2019.

Figura 16 – Taxa de atração de população residente (que mudou de residência relativamente a 31 de dezembro de 2019) proveniente do estrangeiro e as cinco freguesias com menor/maior taxa de atração, Freguesia, 2021

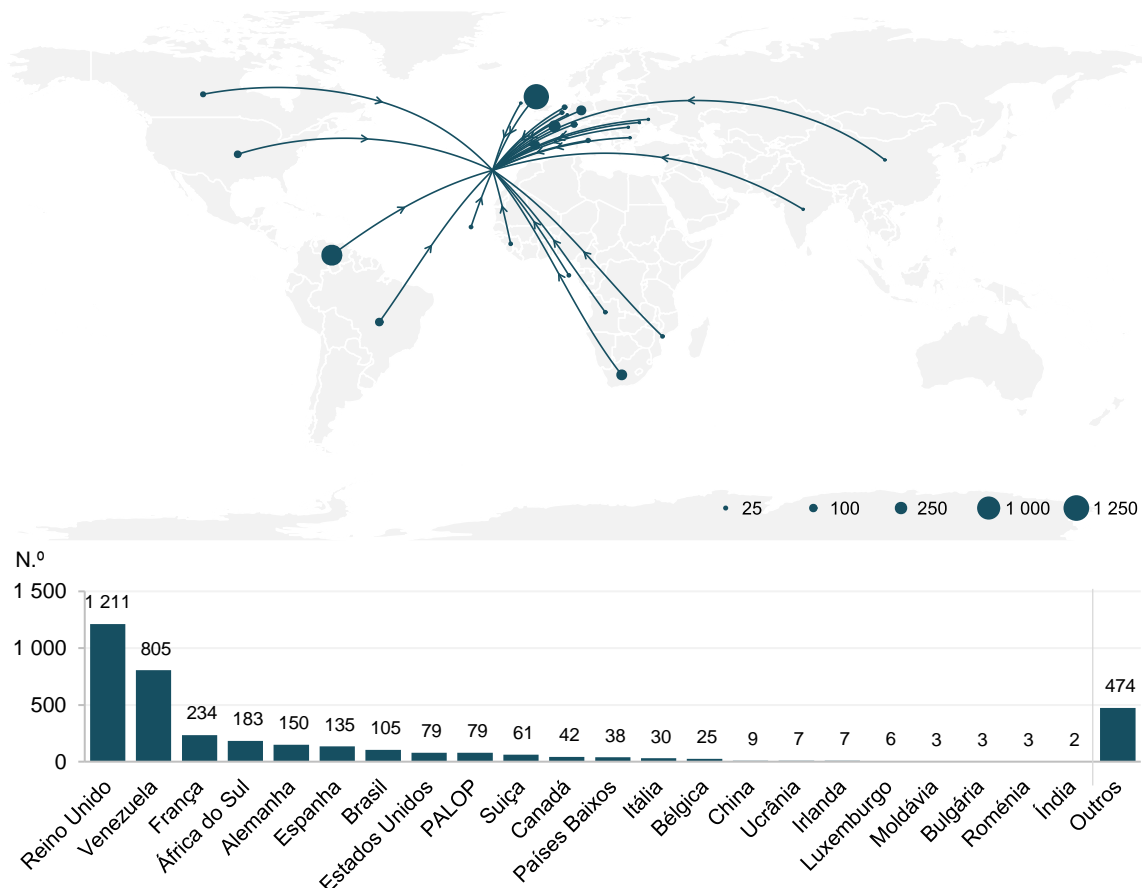


Fonte: INE/DREM, Recenseamentos da População e da Habitação.

<sup>4</sup> A capacidade de atração é apurada através da taxa de atração de população residente. Neste caso, a taxa de atração é igual a (população residente que em 31/12/2019 residia no estrangeiro) / (população residente na unidade territorial) x 100.

Do total das 3 691 alterações de residência de população proveniente do estrangeiro, a maioria tinha residência anterior no Reino Unido (32,8%) ou na Venezuela (21,8%). Formando o grupo dos cinco países de proveniência com maior representação, acrescenta-se a França (6,3%), África do Sul (5,0%) e Alemanha (4,1%) [Figura 17].

Figura 17 – População residente (que mudou de residência relativamente a 31 de dezembro de 2019) proveniente do estrangeiro por país de proveniência, R.A. Madeira, 2021

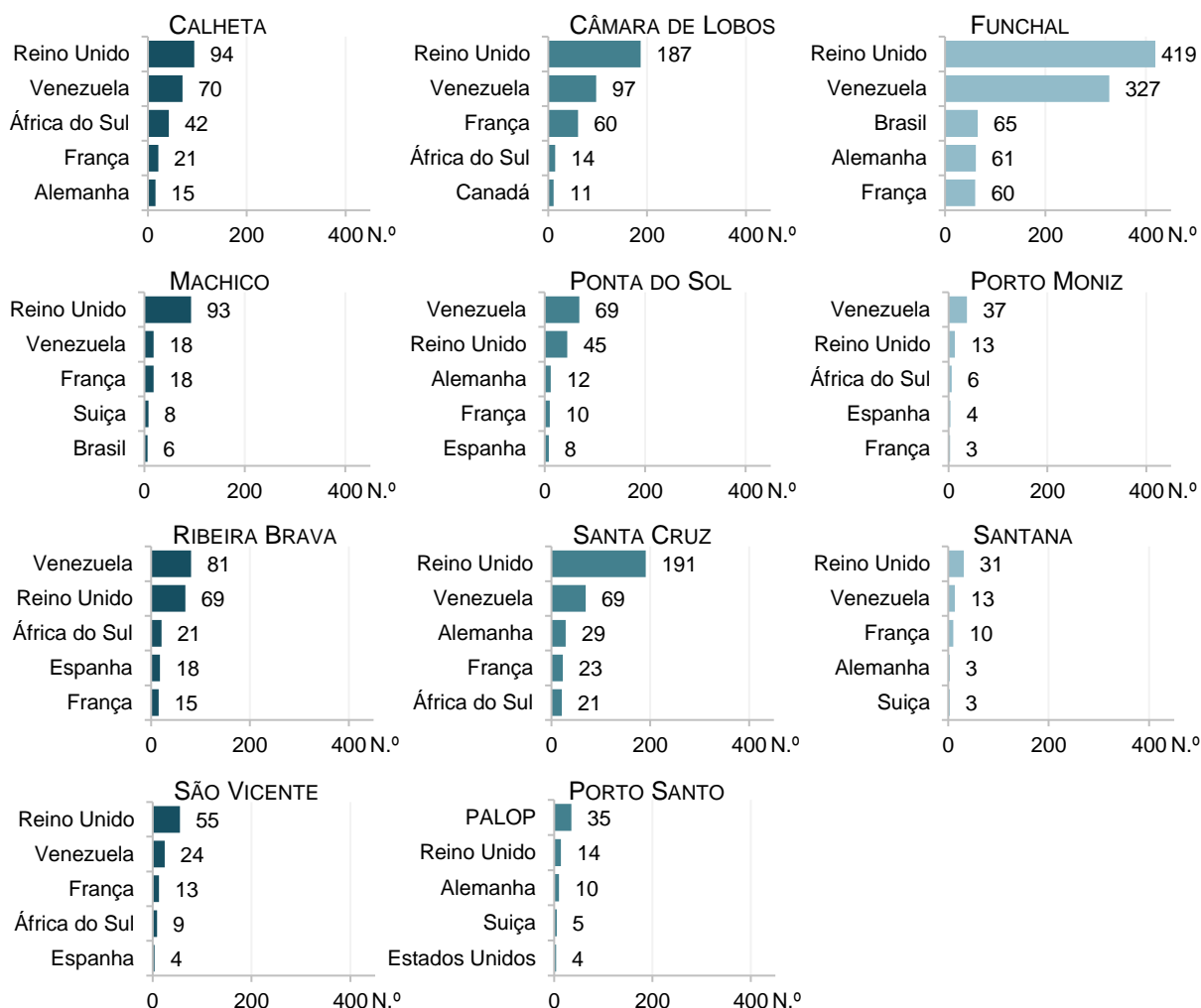


Fonte: INE/DREM, Recenseamentos da População e da Habitação.

Considerando ainda os 3 691 habitantes na R.A. Madeira que alteraram a sua residência relativamente a 31 de dezembro de 2019, destacam-se os países de proveniência Reino Unido e Venezuela com maior representação em 10 dos 11 municípios de residência em 2021 [Figura 18]. A exceção ocorre no Porto Santo, onde a população residente provinha maioritariamente dos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) e do Reino Unido, representando, respetivamente, 41,2% e 16,5% das 85 alterações de residência para o Porto Santo.

A taxa de atração de população residente que um ano antes residia no Reino Unido – percentagem da população residente que em 31/12/2019 residia no Reino Unido no total da população residente no município – era mais elevada em São Vicente (1,1%) e na Calheta (0,9%). Já a taxa de atração de população residente que um ano antes vivia na Venezuela era superior no Porto Moniz (1,5%) e na Ponta do Sol (0,8%).

Figura 18 – População residente (que mudou de residência relativamente a 31 de dezembro de 2019) proveniente do estrangeiro pelos cinco principais países de proveniência, Município, 2021



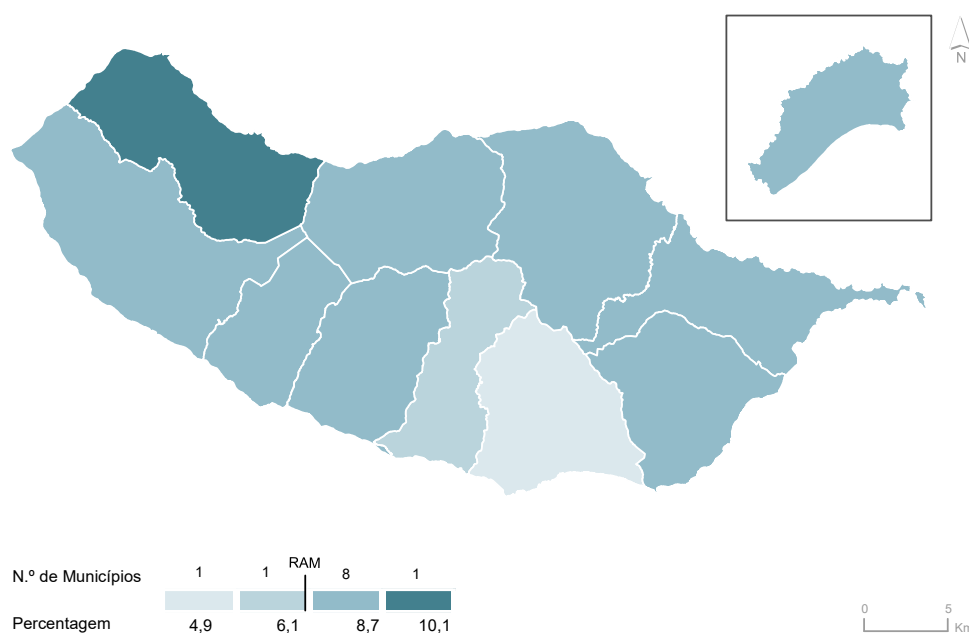
Fonte: INE/DREM, Recenseamentos da População e da Habitação.

Entre 2019 e 2021, a mobilidade residencial intermunicipal representava 6,1% da população residente, ou seja, cerca de 6% da população residente na Região em 2021, no final de 2019, residia noutro município.

A taxa de atração de população residente proveniente de outro município – percentagem da população residente que em 31/12/2019 residia noutro município no total da população residente no município – era superior no Porto Moniz [Figura 19]. Cerca de 10% da população residente neste município tinha residência um ano antes noutro município.

Com um valor mais baixo neste indicador e, portanto, com menor capacidade de atração de população residente proveniente de outros municípios, destaca-se o Funchal, onde apenas 4,9% da sua população no final de 2019 residia noutro município.

Figura 19 – Taxa de atração de população residente proveniente de outro município, Município, 2021



Fonte: INE/DREM, Recenseamentos da População e da Habitação.

A leitura conjunta das taxas de atração e de repulsão<sup>5</sup> de população residente proveniente de outro município evidencia uma forte relação entre os dois indicadores, sendo o coeficiente de correlação igual a 0,96.

Esta análise mostra nove municípios com valores superiores à taxa de atração e de repulsão regional [Figura 20]. Com exceção do Funchal e Câmara de Lobos, os restantes municípios configuravam-se simultaneamente como territórios atrativos e repulsivos à população residente. Em particular o Porto Moniz apresentava a taxa mais elevada, tanto de atração (10,1%), como de repulsão (11,0%).

No Funchal, a mobilidade residencial intermunicipal era menos expressiva, sendo as taxas de atração (4,9%) e de repulsão (4,7%) as mais baixas do território regional.

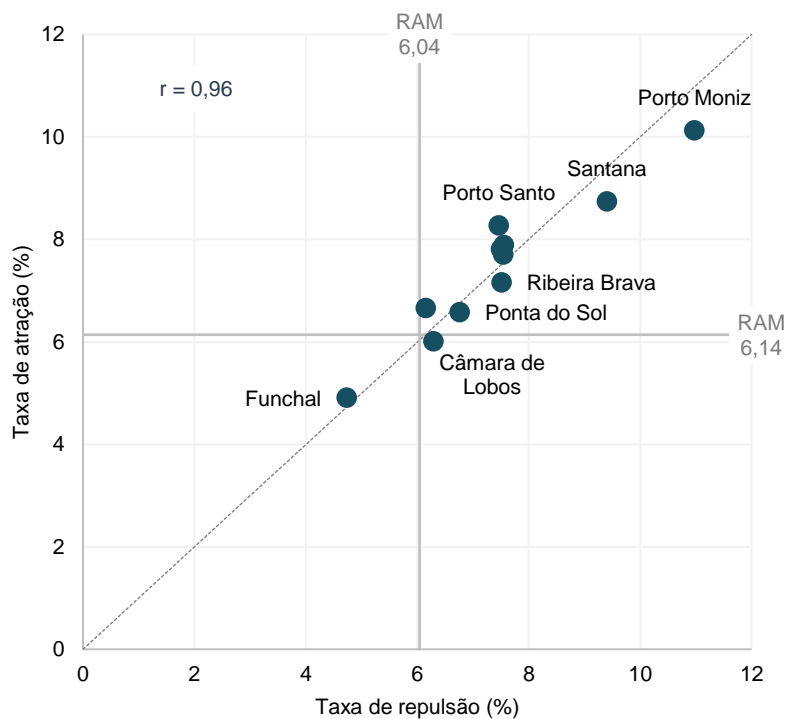
Constituíam-se como territórios mais repulsivos do que atrativos à população residente (valores abaixo da bisetritz da Figura 20, que representa a igualdade entre as duas taxas), o Porto Moniz, Santana, Ribeira Brava, Câmara de Lobos e Ponta do Sol. Como consequência, em 2021, a taxa migratória interna<sup>6</sup> era negativa nestes mesmos municípios [Figura 21].

<sup>5</sup> Igual a (população residente que em 31/12/2019 residia na unidade territorial, mas já não residia em 2021) / (população residente na unidade territorial) x 100.

<sup>6</sup> Igual a (número de imigrantes na unidade territorial provenientes de outras unidades territoriais - número de emigrantes da unidade territorial para outras unidades territoriais) / (população residente na unidade territorial) x 100. Considerou-se a mobilidade residencial de imigrantes no município provenientes de outros municípios e os emigrantes do município para outros municípios, isto é, as migrações residenciais internas intermunicipais.

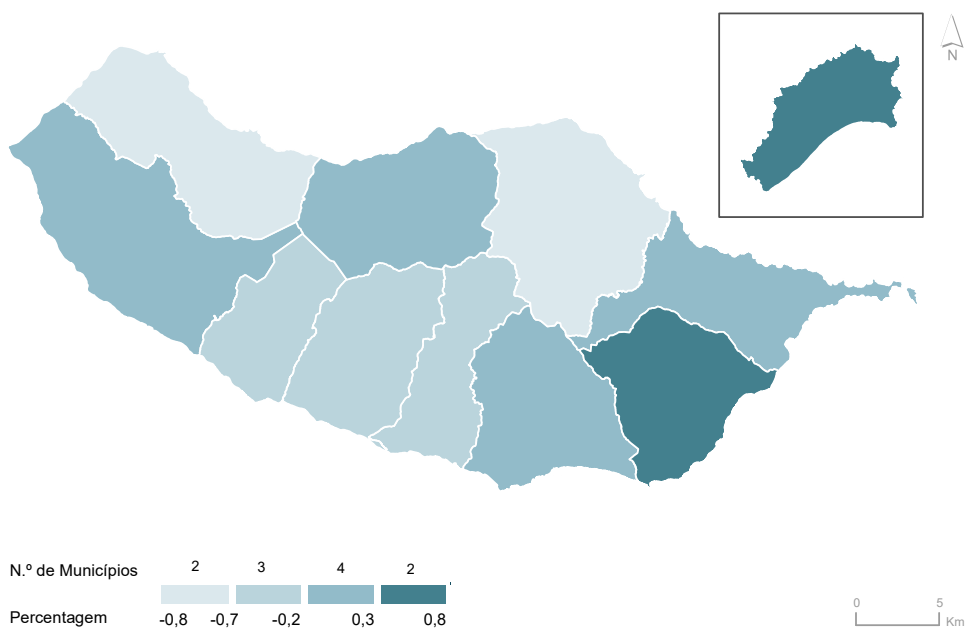
Os restantes seis municípios caracterizavam-se por serem mais atrativos do que repulsivos (valores acima da bissetriz), destacando-se o Porto Santo com uma maior taxa migratória interna (0,8%), evidenciando a maior diferença positiva entre a capacidade de atração e de repulsão

Figura 20 – Taxa de atração e de repulsão de população residente proveniente de outro município, Município, 2021



Fonte: INE/DREM, Recenseamentos da População e da Habitação.

Figura 21 – Taxa migratória interna, Município, 2021



Fonte: INE/DREM, Recenseamentos da População e da Habitação.

#### 4. Organização funcional dos territórios: mobilidades casa-trabalho e casa-local de estudo

As mobilidades casa-trabalho e casa-local de estudo são captadas com base na identificação do local de residência de cada indivíduo e o respetivo local de trabalho ou estudo (em casa; na freguesia do município onde reside; noutra freguesia do município de residência; noutra município – com a respetiva identificação; no estrangeiro), permitindo assim identificar o município de trabalho ou estudo e, por isso, uma aproximação à mobilidade motivada por motivos de trabalho ou estudo. Nos Censos de 2021 foi acrescentada a modalidade de resposta “sem local de trabalho ou estudo fixo”.

Na leitura dos dados deste capítulo, é necessário ter em consideração que os Censos 2021 realizaram-se numa altura em que os efeitos da pandemia por COVID-19 ainda se faziam sentir.

Em 2021, residiam na Região 100 642 empregados, correspondendo a 40,1% da população residente, proporção ligeiramente inferior (-0,5 p.p.) à apurada em 2011 [Figura 22].

A proporção de empregados era superior à apurada para o total da Região em Santa Cruz (44,8%), Porto Santo (42,3%) e Funchal (40,8%), atingindo o valor mais baixo na Calheta (34,3%).

O decréscimo da proporção da população empregada entre 2011 e 2021 ocorreu em cinco municípios, embora com maior intensidade no Porto Moniz (-2,1 p.p.) e em Santa Cruz (-2,0 p.p.). Contrariamente, o peso da população empregada aumentou na última década com mais expressão em Machico (+1,7 p.p.) e em Câmara de Lobos (+1,6 p.p.).

Em 2021, na Região, 33,5% da população empregada trabalhava noutra freguesia do mesmo município de residência, 30,0% trabalhava noutra município e 26,9% na freguesia de residência. Ainda, 4,9% da população empregada não tinha local de trabalho fixo, 3,4% trabalhava em casa e 1,3% no estrangeiro. Salvaguarda-se que, de acordo com o conceito de local de residência habitual<sup>7</sup> definido nos Censos 2021, as deslocações da população residente por motivos de trabalho, não implicam necessariamente deslocações diárias.

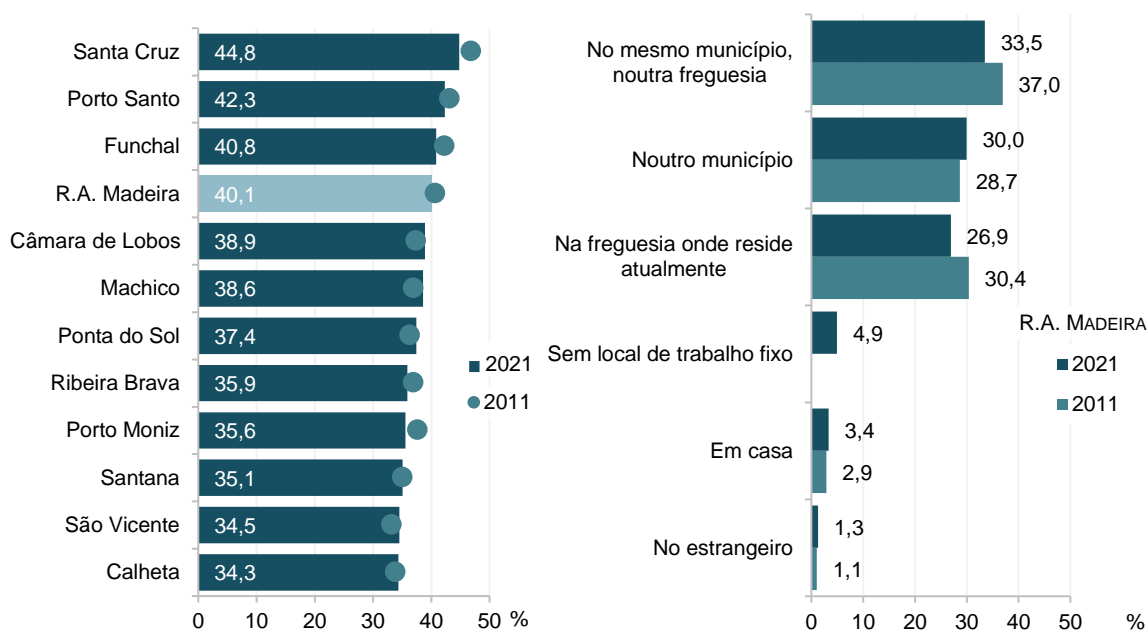
A proporção da população empregada que trabalhava num município distinto do município de residência aumentou 1,3 p.p. na última década, assim como a expressão do trabalho a partir de casa (+0,5 p.p.) e no estrangeiro (+0,2 p.p.). Contrariamente, o peso da população empregada no mesmo município de residência diminuiu entre 2011 e 2021: -3,4 p.p. para a população empregada noutra freguesia do mesmo município de residência e -3,5 p.p. para a população empregada na mesma freguesia.

---

<sup>7</sup> Local onde a pessoa passa habitualmente o seu período de descanso quotidiano (independentemente de ausências temporárias por motivos de lazer, férias, visita a amigos e familiares, atividade profissional, tratamento médico ou outras), e onde vive ou tem a intenção de viver a maior parte do ano, tendo por referência os últimos 12 meses.

Estes resultados sugerem um alargamento do âmbito territorial das mobilidades por motivos de trabalho, com exceção do reforço do trabalho a partir de casa, ocorrido com grande expressão no período de pandemia por COVID-19.

Figura 22 – Proporção de população empregada e local de trabalho da população empregada, Município e R.A. Madeira, 2011 e 2021



Fonte: INE/DREM, Recenseamentos da População e da Habitação.

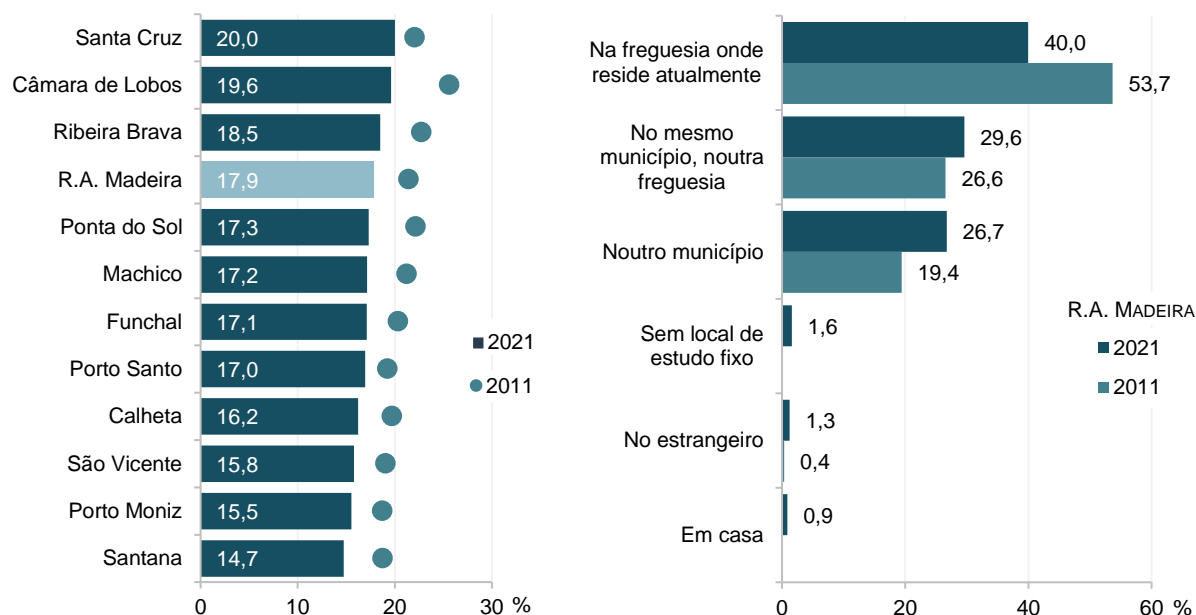
Na Região, residiam 44 768 estudantes, representando 17,9% da população residente em 2021 [Figura 23]. Relativamente a 2011, a proporção de estudantes baixou 3,6 p.p., sendo este decréscimo comum a todos os municípios, embora a sua intensidade tenha sido superior em Câmara de Lobos (-6,0 p.p.).

A proporção de estudantes residentes na Região em 2021 era superior à média regional em Santa Cruz (20,0%), Câmara de Lobos (19,6%) e Ribeira Brava (18,5%), coincidindo, naturalmente, com os municípios onde a população residente era mais jovem, tendo, em média, 41,5 anos, 40,9 anos e 44,4 anos, respetivamente. Em contrapartida, sendo a população residente em Santana (49,3 anos) e no Porto Moniz (49,6 anos) a mais envelhecida da Região, a percentagem de estudantes residentes nestes municípios era mais baixa: 14,7% e 15,5%, respetivamente.

Em 2021, 40,0% da população estudante não se deslocava da sua freguesia de residência para estudar. Quase 30% estudava noutra freguesia do mesmo município de residência, 26,7% estudava noutro município, 1,6% não tinha local de estudo fixo, 1,3% estudava no estrangeiro e 0,9% em casa. Também no caso dos estudantes, as deslocações da população residente por motivos de estudo, não envolvem obrigatoriamente deslocações diárias.

A proporção da população estudante na mesma freguesia de residência baixou consideravelmente na última década (-13,7 p.p.), tendo aumentado o peso relativo de estudantes nas restantes situações de mobilidade. Este resultado mostra, à semelhança do observado na análise da mobilidade casa-trabalho, um alargamento do âmbito territorial das mobilidades por motivos de estudo.

Figura 23 – Proporção de população estudante e local de estudo da população estudante, Município e R.A. Madeira, 2011 e 2021



Fonte: INE/DREM, Recenseamentos da População e da Habitação.

#### 4.1. Polos de emprego, entradas e saídas de população empregada

O índice de polarização do emprego relaciona o número de empregados num determinado município com a população empregada residente nesse município.

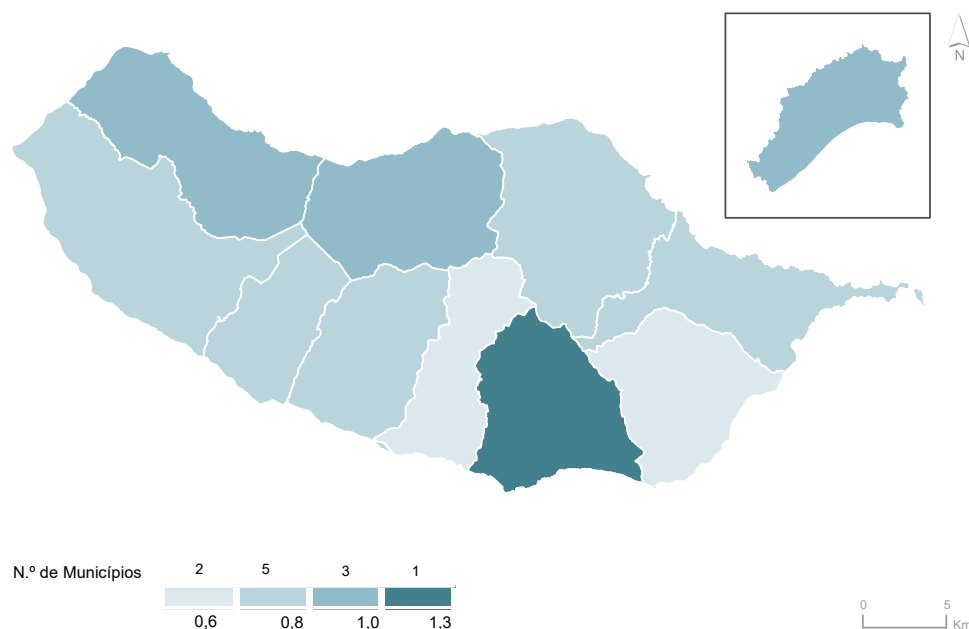
Em 2021, apenas no Funchal, o número de empregados era superior à população residente empregada, sendo o índice de polarização igual a 1,3 [Figura 24]. Pelo contrário, nos restantes municípios verificavam-se défices relativos de emprego – índices de polarização do emprego inferiores a 1 – indicando que o número de empregados no município era inferior à população residente empregada no respetivo município.

Câmara de Lobos e Santa Cruz destacam-se pelo elevado défice relativo de emprego. Em ambos os municípios, em 2021, o índice de polarização do emprego era de 0,6, indicando um nível de emprego correspondente a pouco mais de metade da sua população residente empregada.

Entre 2011 e 2021, o índice de polarização do emprego baixou na grande maioria dos municípios, sendo a exceção na Calheta onde se verificou um pequeno aumento de 0,83 em 2011 para 0,84 em

2021. Mesmo no Funchal, município com o maior índice de polarização do emprego, registou-se uma diminuição de -0,05 face a 2011.

Figura 24 – Índice de polarização do emprego, Município, 2021



Fonte: INE/DREM, Recenseamentos da População e da Habitação.

Em 2021, o Funchal e a Ribeira Brava tinham uma maior capacidade relativa para atrair população empregada<sup>8</sup>. Da população empregada no Funchal (independentemente do local de residência), 34,3% não residia no município, mas deslocava-se para o território para trabalhar [Figura 25]. A taxa de atração de empregados era também elevada na Ribeira Brava, atingindo 33,6% em 2021.

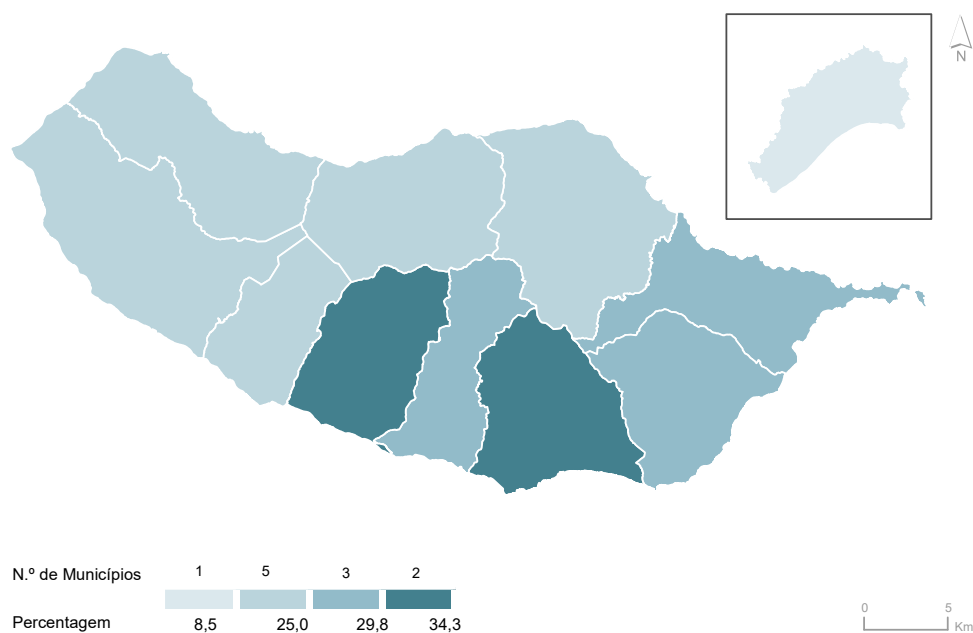
O retrato territorial obtido através da taxa de repulsão de empregados<sup>9</sup> – que mede a proporção de população residente empregada de cada município que saía para outro município para trabalhar – sinaliza o Funchal com a segunda baixa capacidade de repulsão (11,8%) e os municípios mais próximos (Santa Cruz e Câmara de Lobos) com as maiores taxas de repulsão, evidenciando um mercado de trabalho mais dinâmico no Funchal [Figura 26]. Neste contexto, salienta-se que mais de metade da população empregada que residia em Santa Cruz (55,8%) ou em Câmara de Lobos (50,8%) deslocava-se para outro município para trabalhar.

Dada a sua posição geográfica e estrutura territorial, a taxa de atração e de repulsão de empregados era consideravelmente mais baixa no Porto Santo, atingindo 8,5% e 7,2%, respetivamente em 2021.

<sup>8</sup> A capacidade de atração é apurada através da taxa de atração de empregados, sendo igual a (população empregada não residente que se desloca para a unidade territorial para trabalhar) / (população empregada na unidade territorial, independentemente do local de residência) x 100.

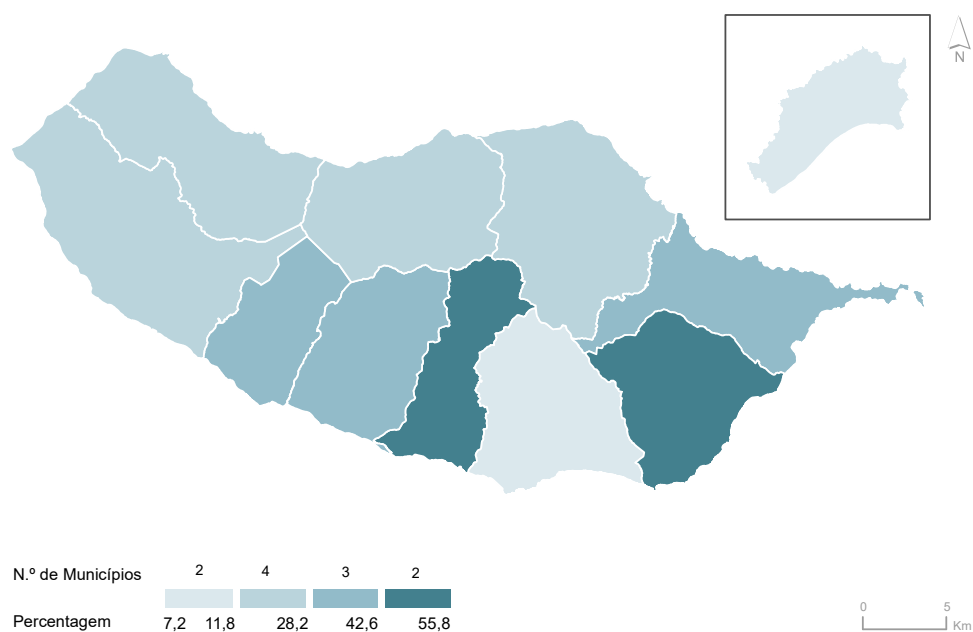
<sup>9</sup> Igual a (população residente empregada que se desloca para outra unidade territorial para trabalhar) / (população empregada que reside na unidade territorial, independentemente do local de trabalho) x 100.

Figura 25 – Taxa de atração de empregados, Município, 2021



Fonte: INE/DREM, Recenseamentos da População e da Habitação.

Figura 26 – Taxa de repulsão de empregados, Município, 2021

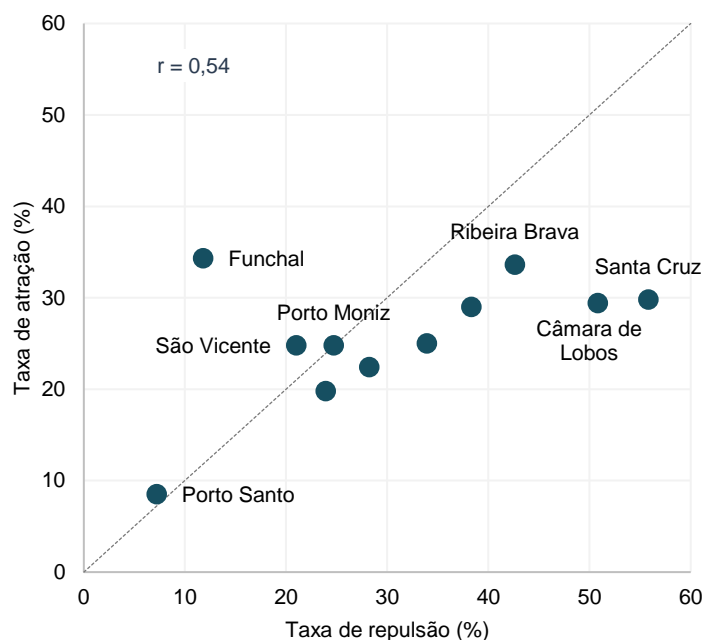


Fonte: INE/DREM, Recenseamentos da População e da Habitação.

Confrontando as taxas de atração e de repulsão de empregados [Figura 27], confirma-se o Funchal como o polo de emprego mais dinâmico da Região, capaz de atrair mais e de repelir menos empregados. Na mesma situação, embora a uma escala inferior, São Vicente, Porto Santo e Porto Moniz apresentavam uma maior capacidade de atração do que de repulsão (valores acima da bisetriz da Figura 27, que sinaliza a igualdade entre as duas taxas).

Para os restantes municípios, a taxa de repulsão era superior à de atração (valores abaixo da bissetriz). Mesmo a Ribeira Brava, que se constituía como o segundo polo de emprego mais atrativo (33,6%), era um dos territórios com maior capacidade de repulsão (42,6%), mais precisamente o terceiro município com a maior taxa de repulsão, seguido de Santa Cruz (55,8%) e Câmara de Lobos (50,8%).

Figura 27 – Taxa de atração e de repulsão de empregados, Município, 2021



Fonte: INE/DREM, Recenseamentos da População e da Habitação.

#### 4.2. Polos de estudo, entradas e saídas de população estudante

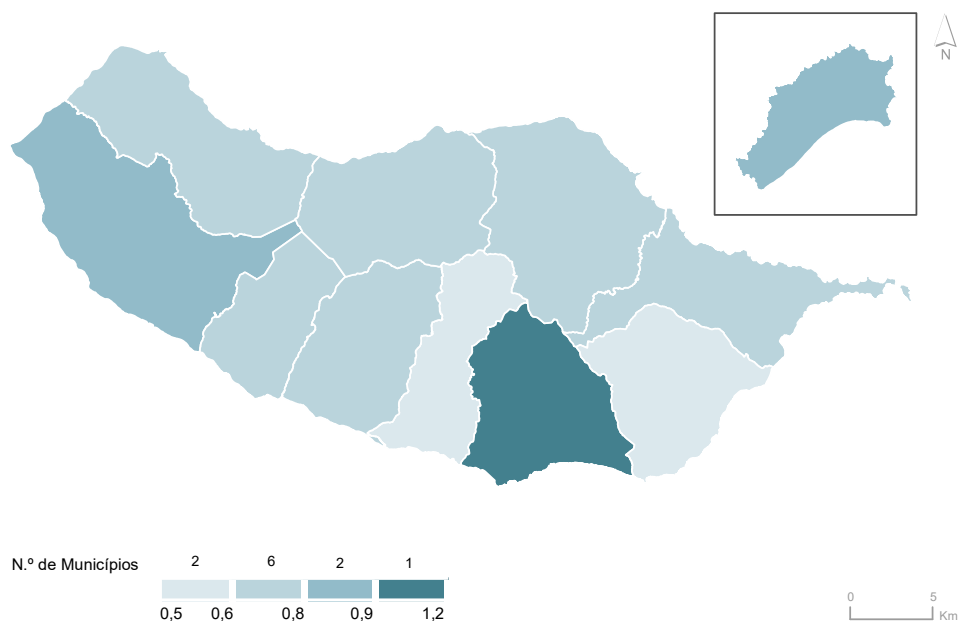
O índice de polarização do estudo relaciona o número de estudantes num determinado município com a população estudante residente nesse município. Um território com um índice superior a 1 é atrativo à população estudante, sendo por isso considerado um polo de estudo.

Em 2021, apenas no Funchal o número de estudantes era superior à população residente estudante, sendo o índice de polarização igual a 1,2 [Figura 28].

Nos restantes municípios, o número de estudantes era inferior à população residente estudante. Neste contexto, Santa Cruz destaca-se com um índice de polarização do estudo mais baixo (0,5), indicando que a população estudante no município correspondia a metade da sua população residente estudante.

Entre 2011 e 2021, o índice de polarização do estudo baixou em quase todos os municípios, exceto no Funchal (1,21 em 2011 para 1,23 em 2021) que reafirmava a sua posição como o mais importante polo de estudo na Região.

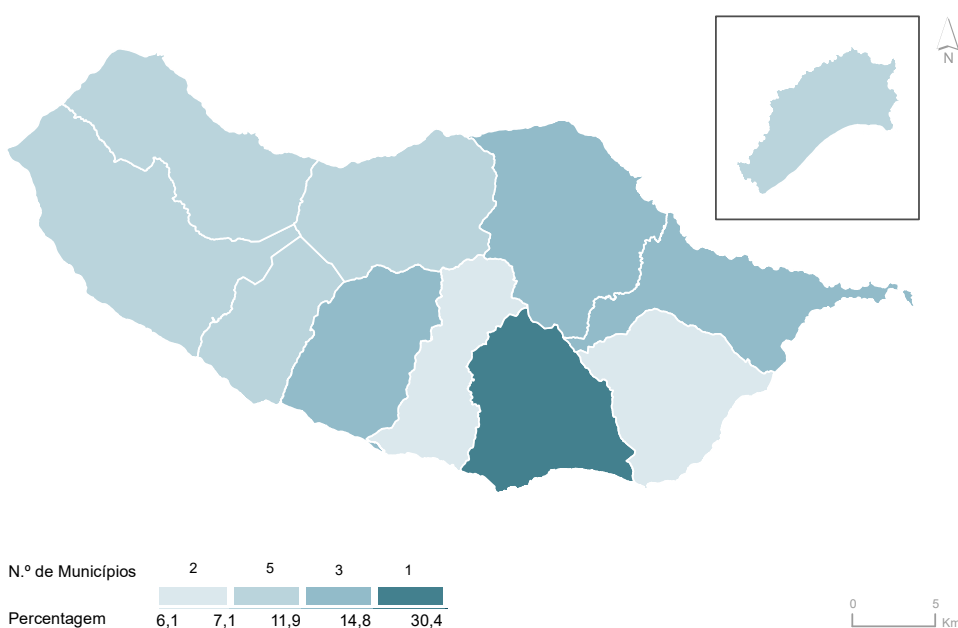
Figura 28 – Índice de polarização do estudo, Município, 2021



Fonte: INE/DREM, Recenseamentos da População e da Habitação.

A análise à taxa de atração de estudantes, confirma o Funchal com maior capacidade relativa para atrair população estudante [Figura 29]. Da população estudante no Funchal, 30,4% não residia no município, mas deslocava-se para o território para estudar. Pelo contrário, Câmara de Lobos e Santa Cruz apresentavam as taxas de atração mais baixas da Região: 6,1% e 7,1%, respetivamente.

Figura 29 – Taxa de atração de estudantes, Município, 2021

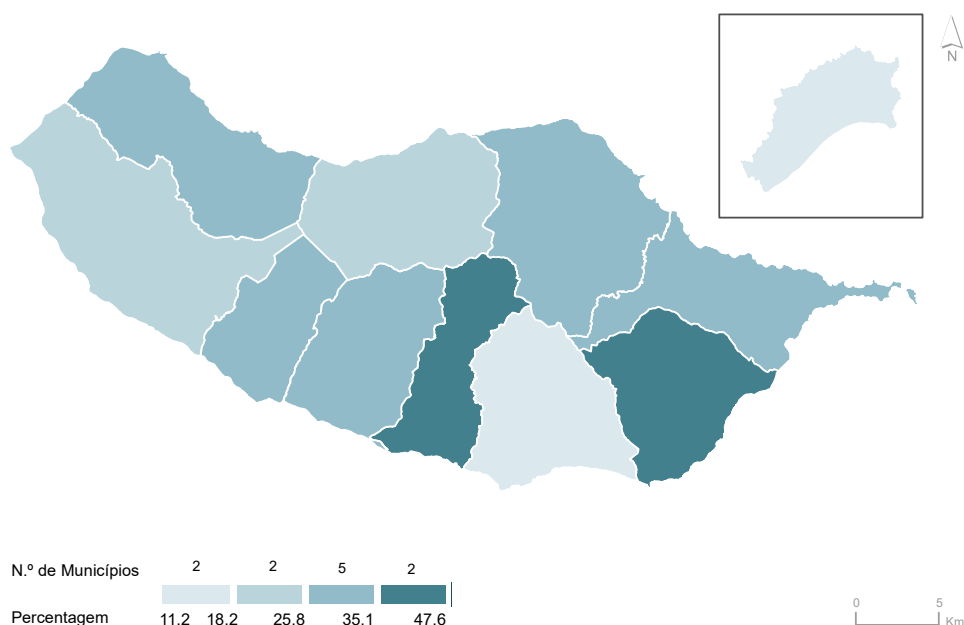


Fonte: INE/DREM, Recenseamentos da População e da Habitação.

A análise à taxa de repulsão de estudantes – percentagem de estudantes residentes no município que se deslocavam para outra unidade territorial para estudar – mostra o Funchal com a taxa de repulsão de estudantes mais baixa da Região (11,2%), seguido do Porto Santo (18,2%) [Figura 30].

Salienta-se, ainda, que grande parte da população residente estudante em Santa Cruz (47,6%) e em Câmara de Lobos (39,3%) saía do respetivo município para estudar.

Figura 30 – Taxa de repulsão de estudantes, Município, 2021

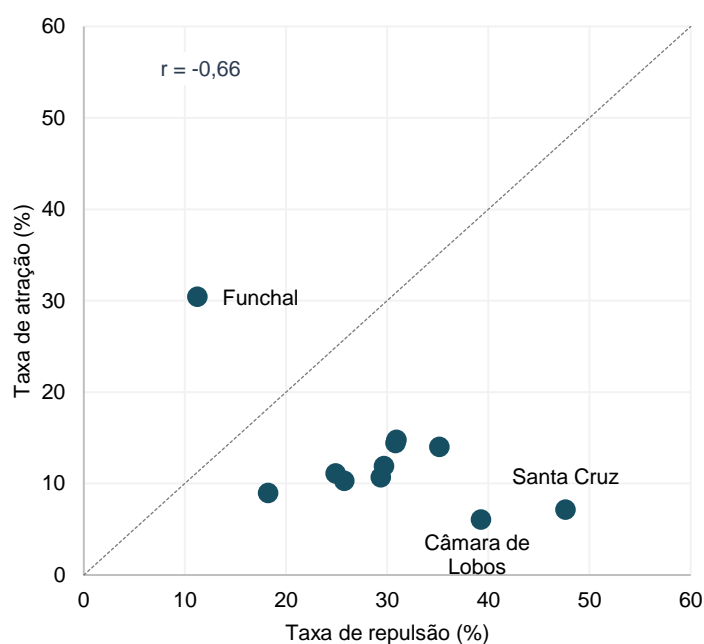


Fonte: INE/DREM, Recenseamentos da População e da Habitação.

A leitura conjunta das taxas de atração e de repulsão de estudantes [Figura 31], confirma o Funchal como o polo de estudo mais dinâmico da Região, capaz de atrair mais e de repelir menos estudantes, sendo este o único município nestas circunstâncias, com valores acima da bissetriz da Figura 31, que identifica a igualdade entre as duas taxas.

Para os restantes municípios, a taxa de repulsão de estudantes era superior à de atração (valores abaixo da bissetriz). A diferença entre as duas taxas era mais elevada em Santa Cruz e Câmara de Lobos, evidenciando a preponderante capacidade de repulsão destes territórios.

Figura 31 – Taxa de atração e de repulsão de estudantes, Município, 2021



Fonte: INE/DREM, Recenseamentos da População e da Habitação.

#### 4.3. Fluxos da população que sai do município de residência para trabalhar ou estudar

As deslocações para fora do município de residência nas mobilidades casa-trabalho e casa-local de estudo incluem, não apenas as mobilidades internas (entre municípios da R.A. Madeira), mas também as deslocações para outros municípios do restante território nacional. Neste âmbito, primeiro, analisam-se os fluxos da população empregada residente na R.A. Madeira que sai do município de residência para trabalhar noutro município da Região, e, posteriormente, estudam-se os fluxos da população que trabalha noutro município do restante território nacional. Devido ao elevado número de municípios em todo o país, na análise das deslocações para municípios externos à Região, consideram-se como destinos de trabalho a globalidade dos municípios pertencentes a cada uma das restantes regiões NUTS II. Aplica-se esta mesma análise para os fluxos da população estudante residente na R.A. Madeira que sai do município de residência para estudar.

Ainda no contexto das deslocações para fora da R.A. Madeira por motivos de trabalho ou estudo, analisam-se os fluxos da população residente na Região que trabalha ou estuda no estrangeiro.

Relembra-se que, de acordo com o conceito de local de residência habitual definido nos Censos 2021, as deslocações da população residente por motivos de trabalho ou estudo, não implicam necessariamente deslocações diárias.

Em 2021, 30,0% da população empregada residente na R.A. Madeira saía do município de residência para trabalhar, correspondendo a 30 177 empregados. Destes, 96,0% (28 968 empregados) deslocavam-se para outro município da R.A. Madeira e 4,0% (1 209 empregados) trabalhavam noutra município pertencente a uma das restantes regiões NUTS II. Acrescenta-se que, no estrangeiro, trabalhavam 1 279 pessoas, representando 1,3% da população empregada residente na R.A. Madeira em 2021.

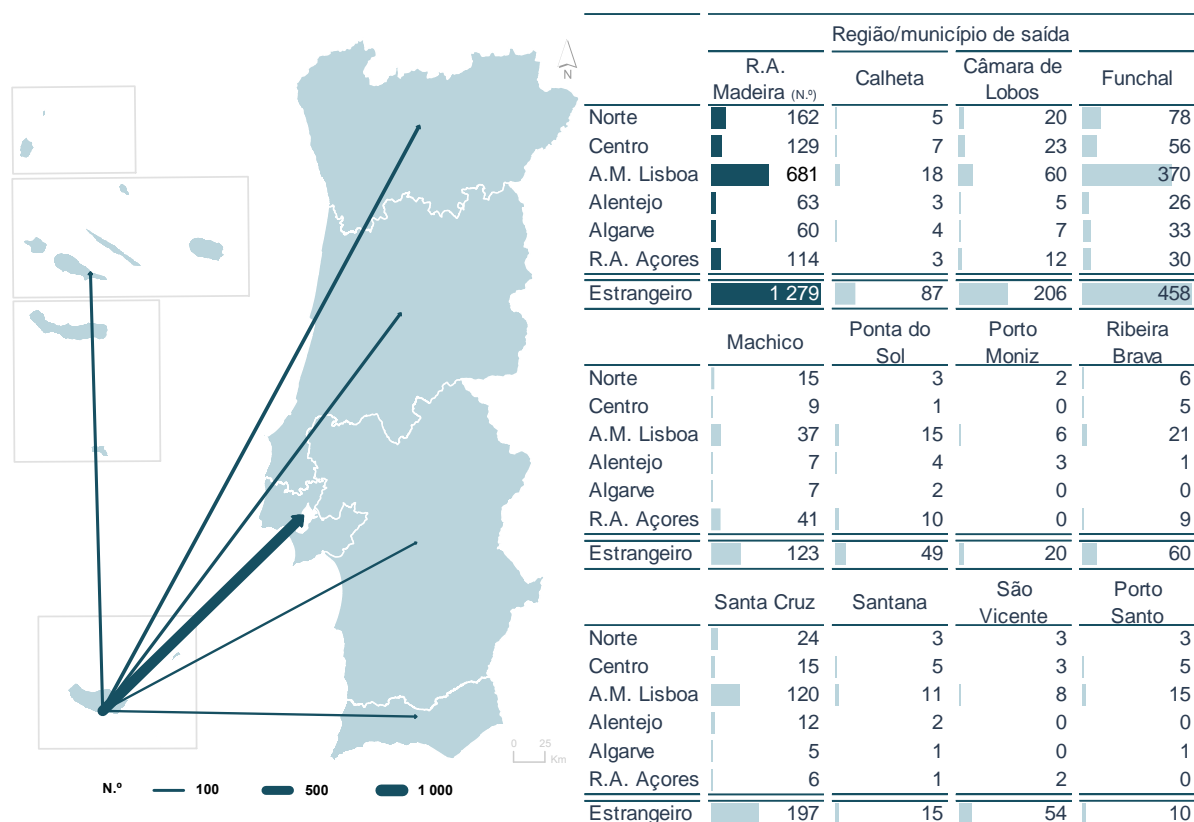
Dos 28 968 empregados residentes na R.A. Madeira que se deslocavam para outro município da Região para trabalhar, 64,7% entravam no Funchal (18 748 empregados), provenientes maioritariamente de Santa Cruz (46,9%) ou de Câmara de Lobos (29,2%). Estes fluxos são os mais evidentes quando se analisa a Figura 32, que permite identificar os fluxos (arcos) entre os municípios de saídas/entradas da população empregada.

Apesar de o Funchal se caracterizar como um polo de emprego, mais atrativo do que repulsivo, verifica-se que o terceiro fluxo interno mais relevante era o dos empregados que saíam do município de residência do Funchal para trabalhar em Santa Cruz (1 699 empregados). Considerando apenas as deslocações intermunicipais da Região, estes empregados residentes no Funchal eram responsáveis pela maioria das entradas em Santa Cruz (54,4%) por motivos de trabalho.

Formando o grupo dos cinco maiores fluxos dentro da Região, acrescentam-se as mobilidades Machico-Funchal e Ribeira Brava-Funchal, responsáveis por 8,6% (1 615 empregados) e 6,6% (1 236 empregados) das entradas no Funchal.



Figura 33 – População empregada residente na R.A. Madeira que trabalhava fora da Região, segundo o local de trabalho (NUTS II / Estrangeiro), Município, 2021



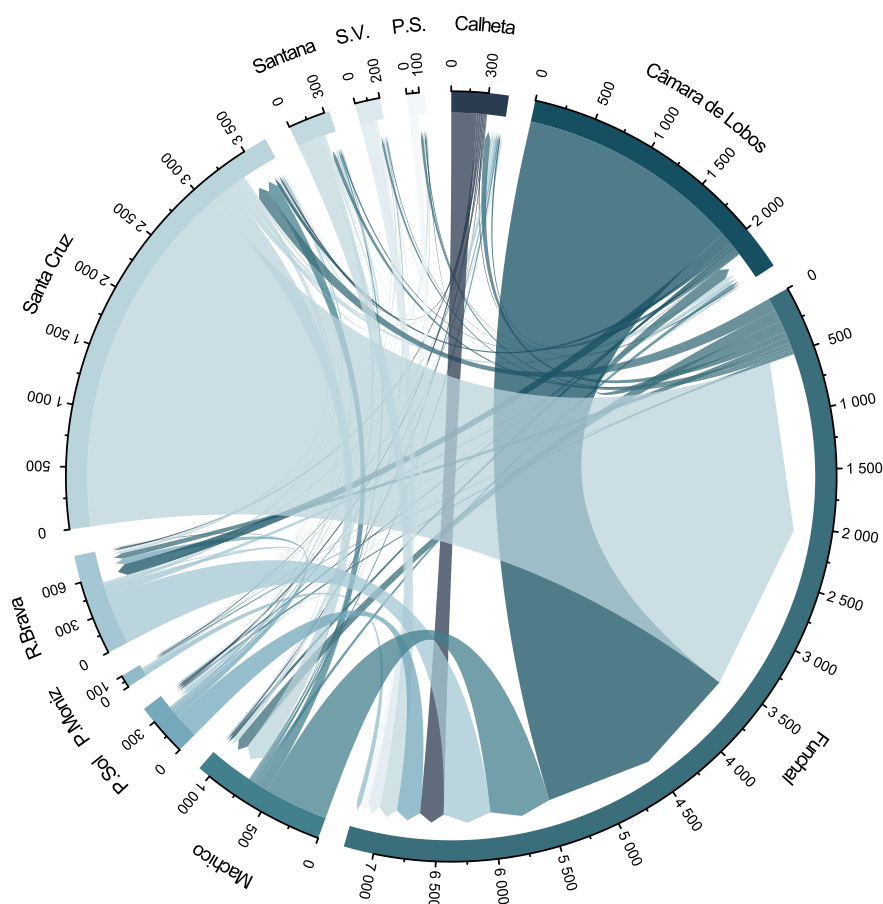
Fonte: INE/DREM, Recenseamentos da População e da Habitação.

Em 2021, 26,7% da população estudante residente na R.A. Madeira saía do município de residência para estudar, equivalendo a 11 967 estudantes. Destes, 70,6% (8 451 estudantes) deslocavam-se para outro município da Região, sendo que 29,4% (3 516 estudantes) deslocavam-se para outro município pertencente a uma das restantes regiões NUTS II. No estrangeiro, estudavam 561 pessoas, representando 1,3% da população estudante residente na Região em 2021.

Dos 8 451 estudantes residentes na R.A. Madeira que se deslocavam para outro município da Região por motivos de estudo, a grande maioria entrava no Funchal, mais precisamente 6 731 estudantes, correspondendo a 79,6% das mobilidades internas [Figura 34].

Na dinâmica destes fluxos para o Funchal, destacam-se os estudantes com residência em Santa Cruz, Câmara de Lobos e Machico, responsáveis por 45,4% (3 058 estudantes), 28,3% (1 906 estudantes) e 8,1% (545 estudantes), respetivamente, dos fluxos internos para o Funchal por motivos de estudo.

Figura 34 – População estudente residente na R.A. Madeira que estudava noutro município da R.A. Madeira, Município, 2021



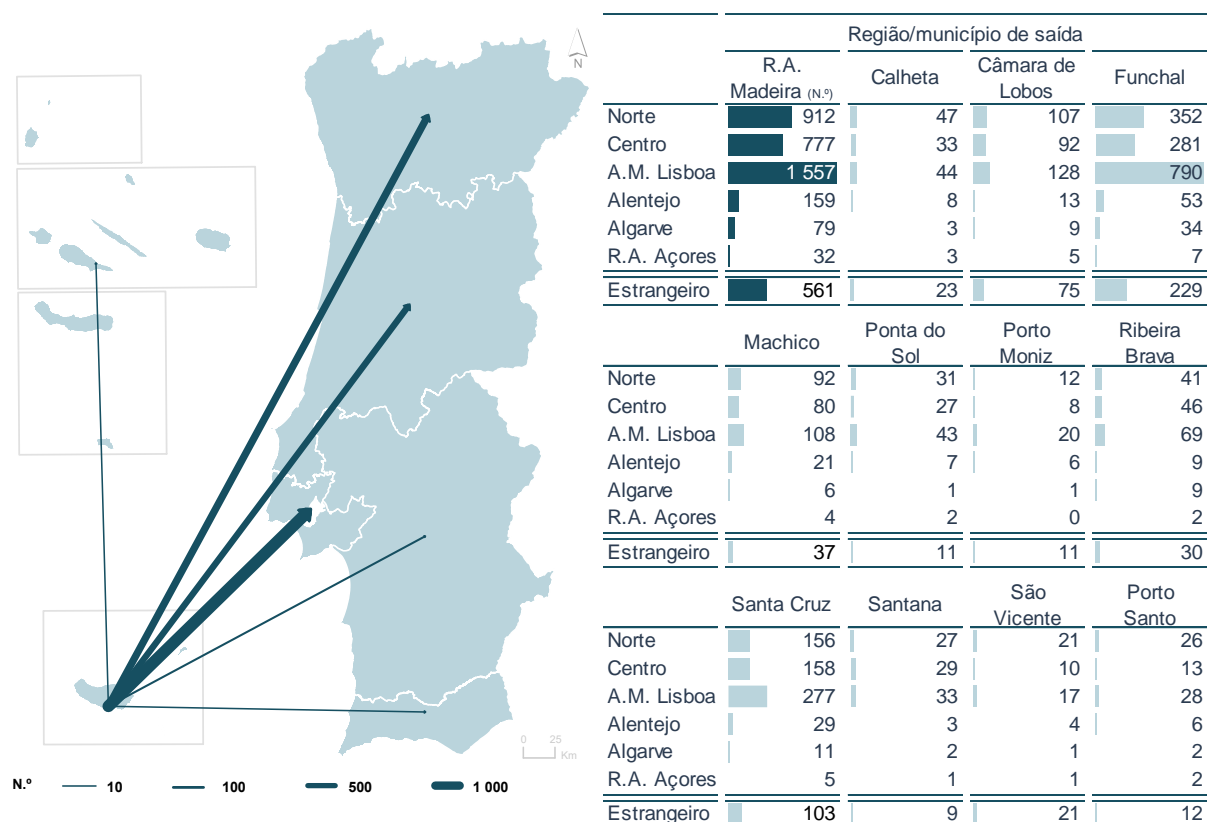
Fonte: INE/DREM, Recenseamentos da População e da Habitação.  
 Unidade: Número.  
 Nota: P. Sol – Ponta do Sol; P. Moniz – Porto Moniz; R. Brava – Ribeira Brava; S.V. – São Vicente; P.S. – Porto Santo.

Dos 3 516 estudantes residentes na R.A. Madeira que estudavam noutro município do restante território nacional, 44,3% estudavam na A.M. Lisboa, 25,9% no Norte, 22,1% no Centro, 4,5% no Alentejo, 2,2% no Algarve e apenas 0,9% na R.A. Açores [Figura 35].

Os maiores fluxos por motivos de estudo resultavam das mobilidades de estudantes entre o Funchal e as regiões da A.M. Lisboa (790 estudantes), Norte (352 estudantes) e Centro (281 estudantes). Também, destacam-se os fluxos entre Santa Cruz e as mesmas três regiões NUTS II, sendo que nestes fluxos deslocavam-se 277, 156 e 158 estudantes, respetivamente.

Ainda no contexto das deslocações para fora da Região, salientam-se que 561 residentes na Região estudavam no estrangeiro. Destes fluxos, 40,8% (229) dos estudantes provinham do Funchal, 18,4% (103) de Santa Cruz e 13,4% (75) de Câmara de Lobos.

Figura 35 – População estudante residente na R.A. Madeira que estudava fora da Região, segundo o local de estudo (NUTS II / Estrangeiro), Município, 2021



Fonte: INE/DREM, Recenseamentos da População e da Habitação.

#### 4.4. Modos e tempos de deslocação nos movimentos pendulares

As questões relativas ao principal meio de transporte e tempo de deslocação nos movimentos pendulares foram recolhidas apenas para os indivíduos recenseados no alojamento onde viviam a maior parte do ano: 88 938 empregados e 39 970 estudantes residentes na R.A. Madeira em 2021. Portanto, a análise que se segue refere-se exclusivamente a este universo da população residente e é condicionada pela autoavaliação subjetiva que cada indivíduo fez, quer do tempo total de deslocação, quer do meio de transporte que considerou como principal nas referidas deslocações.

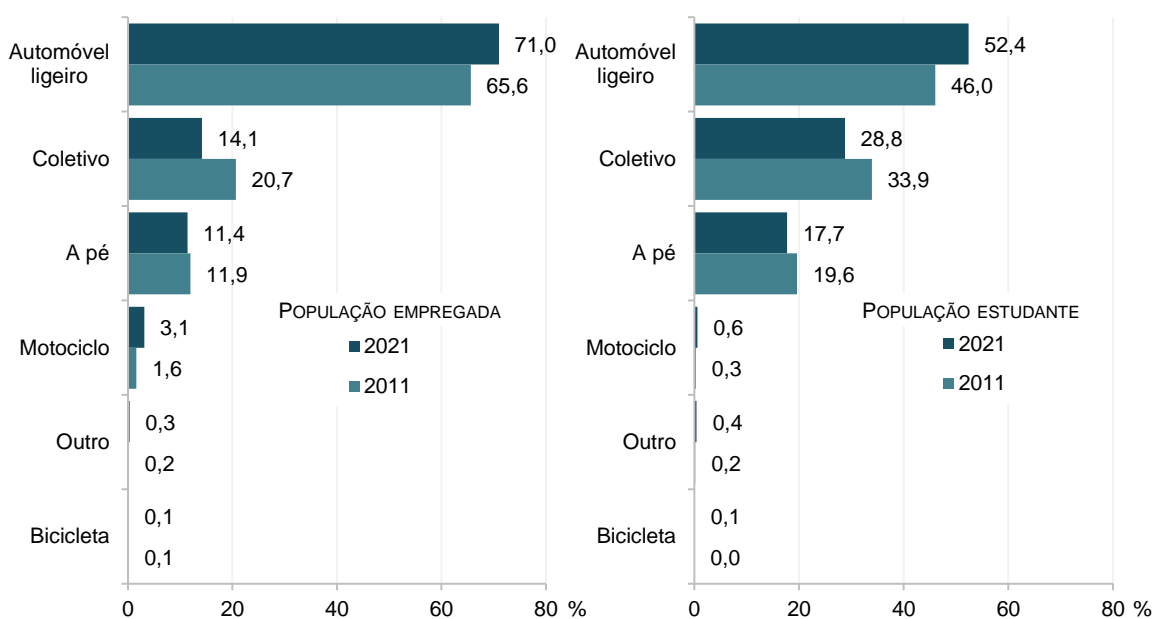
De acordo com os Censos 2021, na Região, o automóvel ligeiro (como condutor ou passageiro) era o principal meio de transporte utilizado pela população residente empregada que se deslocava por motivos de trabalho (71,0%) [Figura 36]. Embora em menor proporção, também os estudantes se deslocavam maioritariamente de automóvel ligeiro nos movimentos pendulares (52,4%).

Entre 2011 e 2021, verificou-se um aumento do peso relativo do automóvel ligeiro como principal meio de transporte utilizado nos movimentos pendulares, tanto para os empregados (+5,4 p.p.) como para os estudantes (+6,4 p.p.). Também, aumentou a percentagem residentes a utilizar como principal meio

de transporte o motociclo nas deslocações entre o local de residência e o local de trabalho (+1,5 p.p.) ou de estudo (+0,3 p.p.).

Em contrapartida, na última década, diminuiu a importância relativa do transporte coletivo (autocarro, transporte coletivo da empresa/escola ou barco) nas mobilidades casa-trabalho (-6,5 p.p.) e casa-local de estudo (-5,1 p.p.). Embora com menor expressão, a percentagem de residentes que se deslocavam principalmente a pé nos movimentos pendulares também baixou entre 2011 e 2021: -0,5 p.p. no caso das deslocações entre casa e o local de trabalho e -1,9 p.p. nas deslocações entre casa e o local de estudo.

Figura 36 – Proporção de população residente empregada ou estudante por principal meio de transporte utilizado nos movimentos pendulares, R.A. Madeira, 2011 e 2021



Fonte: INE/DREM, Recenseamentos da População e da Habitação.

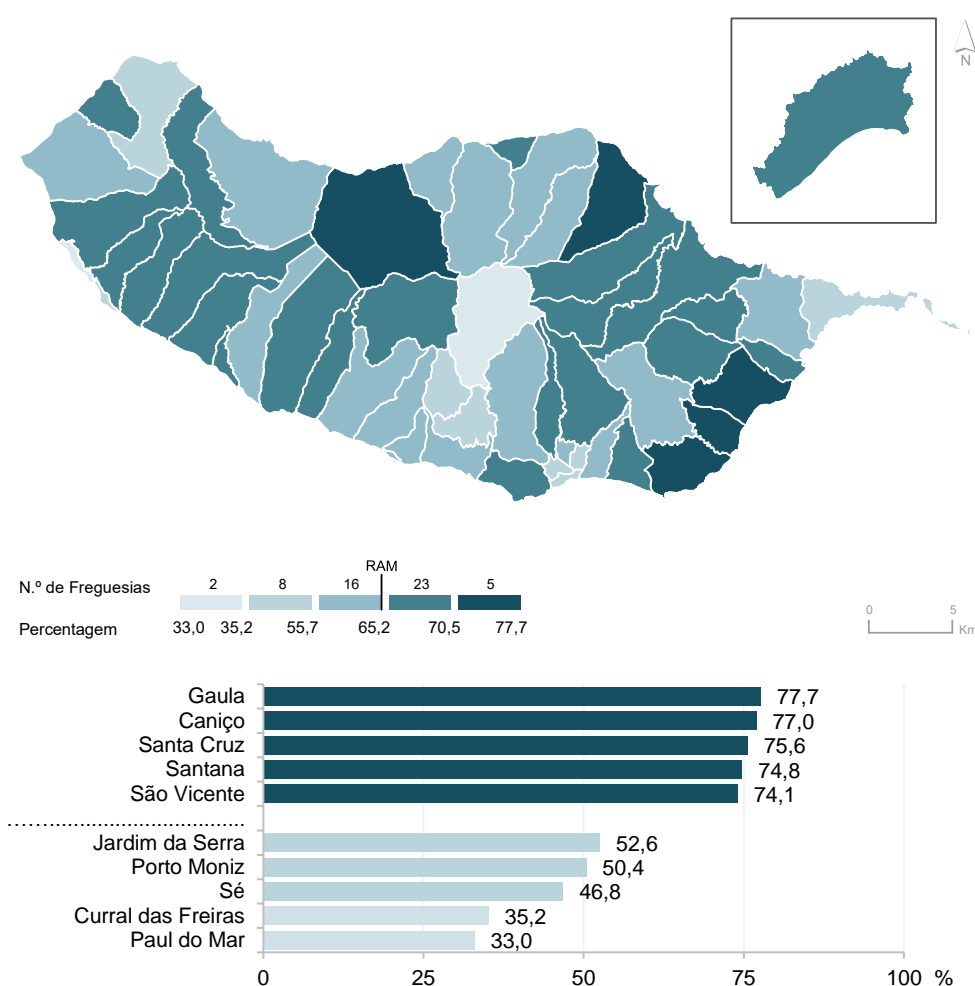
Após a análise do modo de deslocação nos movimentos pendulares diferenciada pelas duas populações – empregados e estudantes – estudam-se as dinâmicas dessas deslocações considerando a população empregada e estudante num único grupo. Primeiro, analisa-se a frequência relativa dos dois meios de transporte mais utilizados (automóvel ligeiro e transporte coletivo) consoante a freguesia de residência dos empregados/estudantes. Posteriormente, estudam-se os tempos médios nas referidas deslocações.

Em 2021, na Região, 65,2% da população empregada ou estudante (que vivia no alojamento a maior parte do ano) utilizava automóvel ligeiro como principal meio de transporte nos movimentos pendulares (84 078 pessoas). Esta percentagem era superior para os residentes em Gaula (77,7%), Caniço (77,0%) e Santa Cruz (75,6%), sendo todas estas três freguesias pertencentes ao município de Santa Cruz [Figura 37].

Em termos relativos, o automóvel ligeiro era menos utilizado pelos residentes empregados ou estudantes no Paul do Mar (33,0%) e no Curral das Freiras (35,2%).

Embora a Sé seja a terceira freguesia com um indicador mais baixo, a proporção de residentes nesta freguesia que utilizavam principalmente este meio de transporte atingia quase metade da população residente empregada ou estudante na freguesia (46,8%).

Figura 37 – Proporção de população residente empregada ou estudante que utiliza principalmente o automóvel ligeiro nos movimentos pendulares e as cinco freguesias com menor/maior proporção, Freguesia, 2021

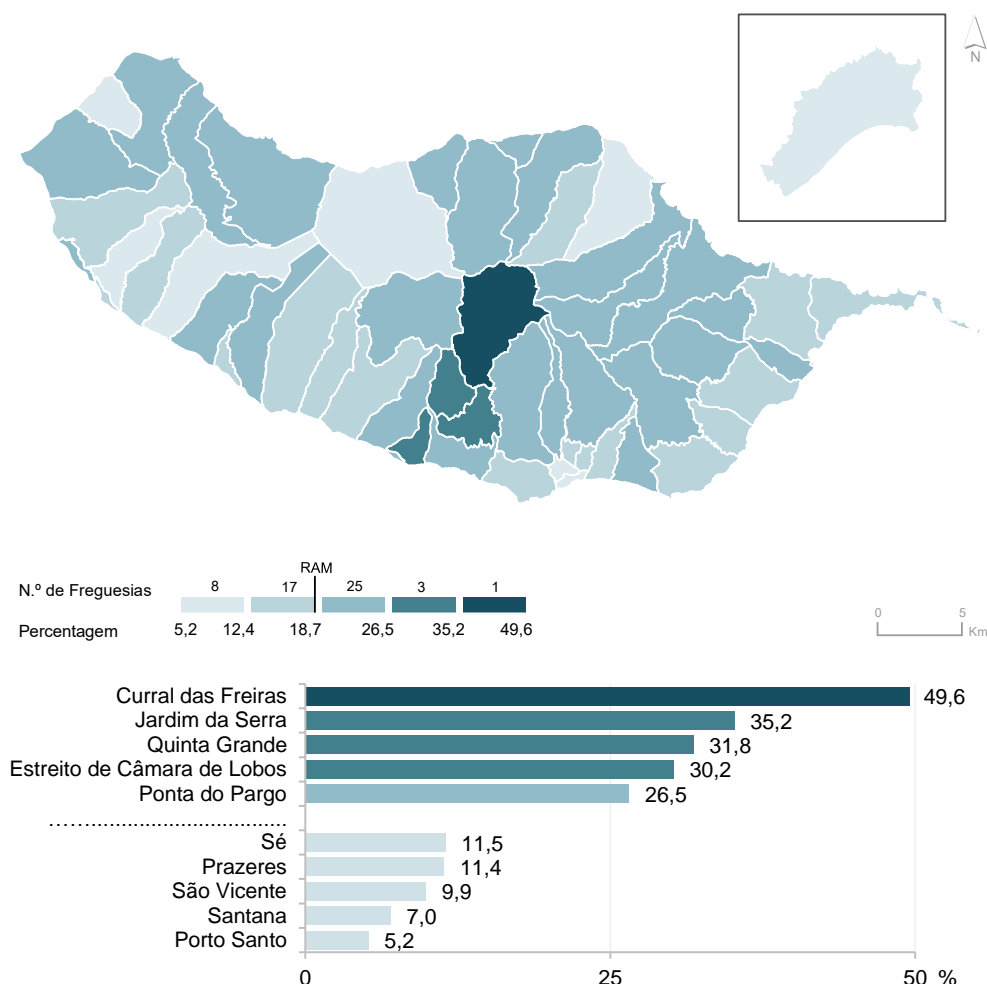


Fonte: INE/DREM, Recenseamentos da População e da Habitação.

Relativamente ao transporte coletivo, verifica-se que 18,7% da população empregada ou estudante (que vivia no alojamento a maior parte do ano) utilizava principalmente este meio de transporte nos movimentos pendulares (24 086 pessoas). Esta proporção era mais elevada no Curral das Freiras, sendo que quase metade (49,6%) da população residente nesta freguesia utilizava principalmente o transporte coletivo nas deslocações para o local de trabalho ou estudo [Figura 38].

Em termos relativos, evidencia-se, também, a baixa adesão ao transporte coletivo da população residente empregada ou estudante em Santana (7,0%) e em São Vicente (9,9%).

Figura 38 – Proporção de população residente empregada ou estudante que utiliza principalmente o transporte coletivo nos movimentos pendulares e as cinco freguesias com menor/maior proporção, Freguesia, 2021



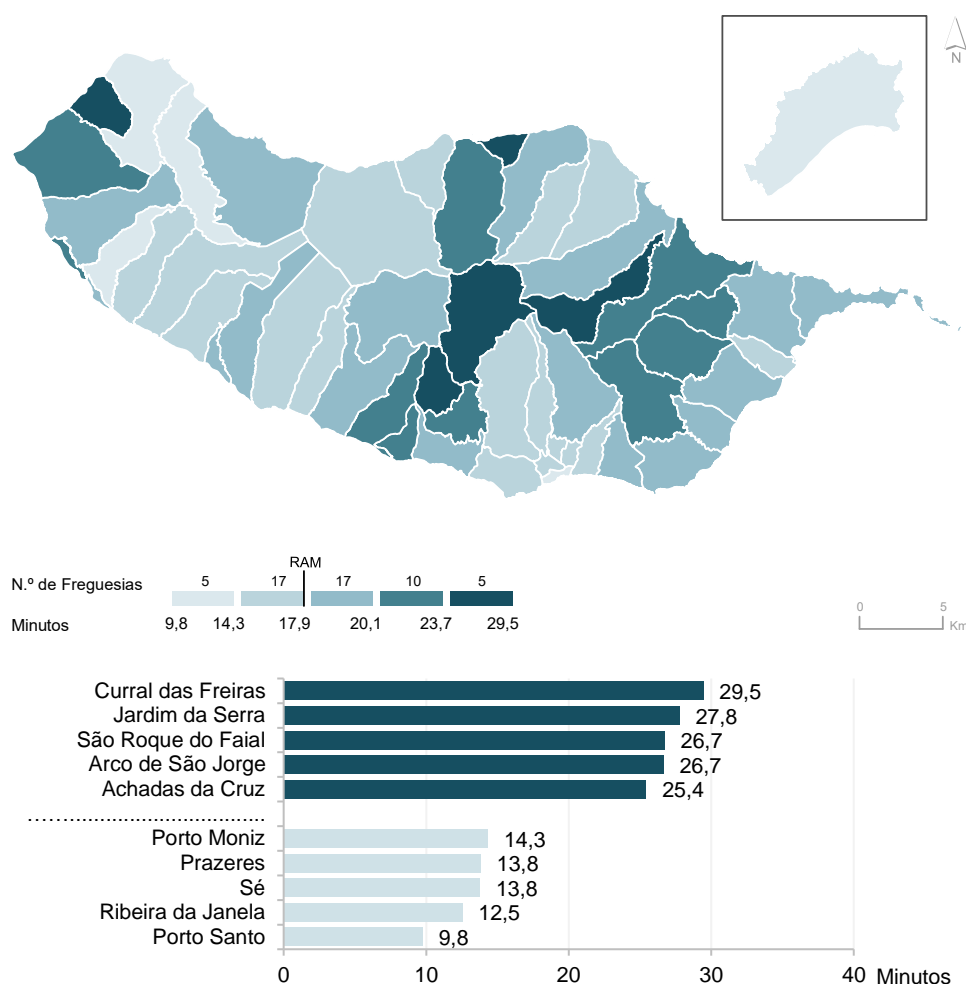
Fonte: INE/DREM, Recenseamentos da População e da Habitação.

Em 2021, na Região, a população residente empregada ou estudante demorava, em média, 17,9 minutos nas deslocações de casa para o local de trabalho ou estudo, independentemente do modo de deslocação (automóvel ligeiro, transporte coletivo, a pé, motociclo, bicicleta, outro) [Figura 39].

Os residentes no Curral das Freiras, Jardim da Serra, São Roque do Faial, Arco de São Jorge e Achadas da Cruz, demoravam, em média, mais de 25 minutos nas referidas deslocações. Em particular, os empregados ou estudantes que viviam a maior parte do ano no Curral das Freiras demoravam quase 30 minutos, em média, nas deslocações entre a residência e o local de trabalho ou estudo (29,5 minutos).

A população empregada ou estudante residente no Porto Santo era a que menos tempo demorava nas deslocações nos movimentos pendulares, menos de 10 minutos em média (9,8 minutos), seguindo-se os residentes na Ribeira da Janela (12,5 minutos), Sé (13,8 minutos), Prazeres (13,8 minutos) e Porto Moniz (14,3 minutos).

Figura 39 – Duração média dos movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante e as cinco freguesias com menor/maior duração média, Freguesia, 2021



Fonte: INE/DREM, Recenseamentos da População e da Habitação.

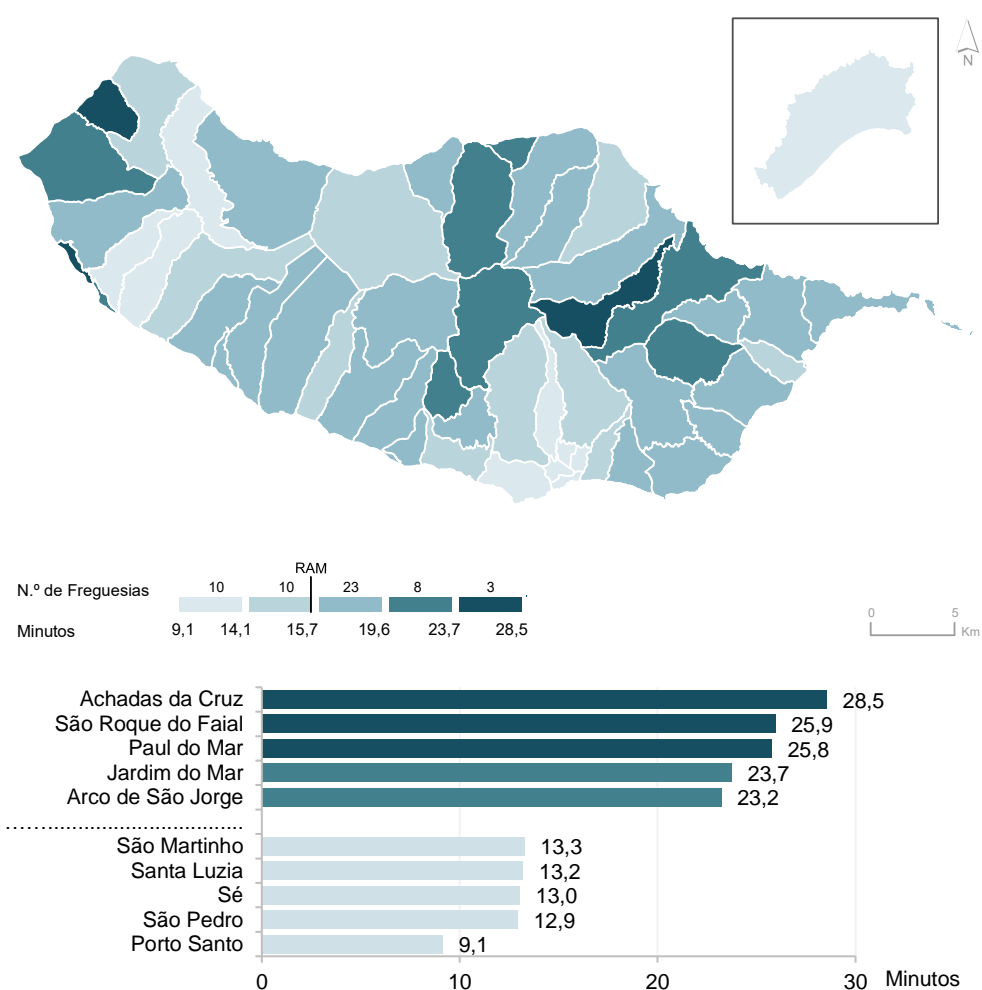
A análise que se segue reflete sobre a duração média das deslocações casa-trabalho e casa-local de estudo consoante o transporte individual (automóvel ligeiro como condutor ou passageiro, motociclo/ciclomotor ou bicicleta), e, posteriormente, o transporte coletivo.

Em 2021, a população residente empregada ou estudante que utilizava como principal meio de transporte o transporte individual no trajeto casa-trabalho ou casa-local de estudo demorava, em média, 15,7 minutos [Figura 40].

Com tempos médios superiores a 25 minutos, destacam-se as deslocações de transporte individual dos residentes nas Achadas da Cruz (28,5 minutos), São Roque do Faial (25,9 minutos) e Paul do Mar (25,8 minutos).

Deslocações médias inferiores a 10 minutos foram reportadas apenas pela população empregada/estudante residente no Porto Santo (9,1 minutos).

Figura 40 – Duração média dos movimentos pendulares da população empregada ou estudante que utiliza como principal meio de transporte o transporte individual e as cinco freguesias com menor/maior duração média, Freguesia, 2021



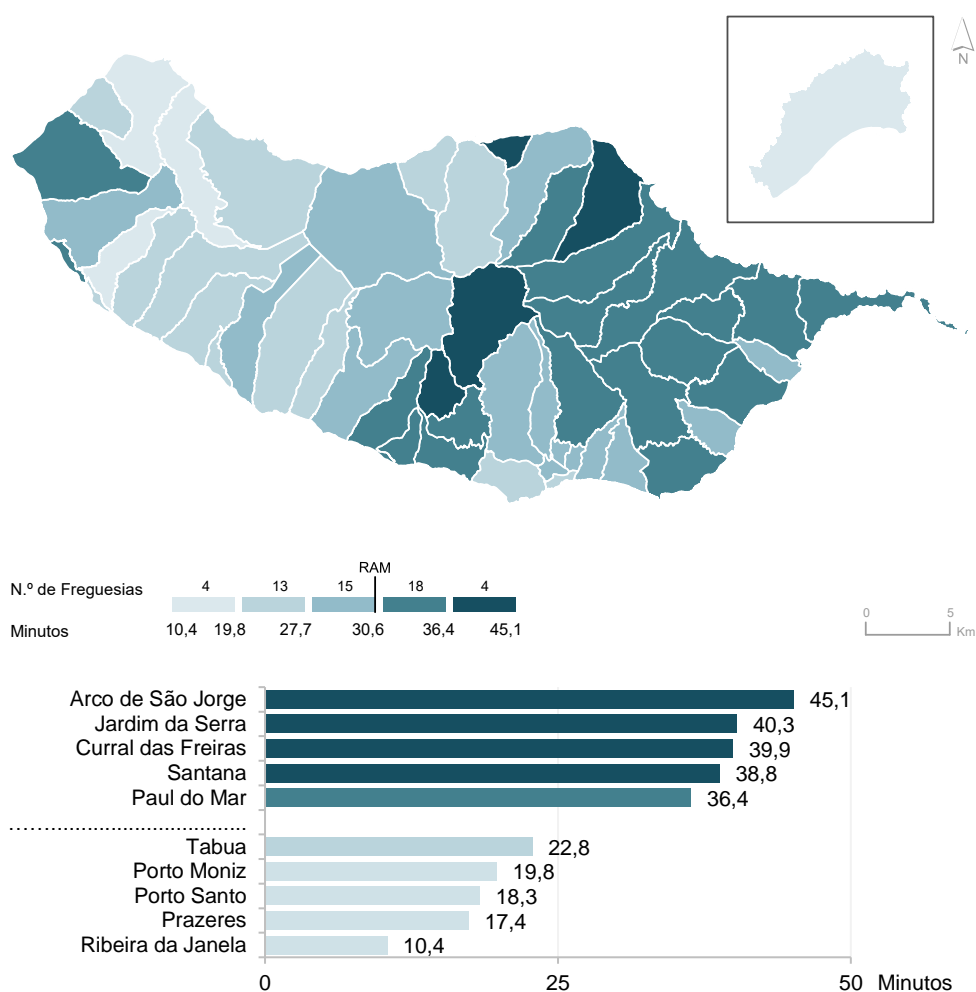
Fonte: INE/DREM, Recenseamentos da População e da Habitação.

Em 2021, a população residente empregada ou estudante que utilizava o transporte coletivo como principal meio de transporte nas deslocações entre o local de residência e o local de trabalho ou estudo demorava, em média, 30,6 minutos [Figura 41], mais 14,9 minutos do que nas deslocações de transporte individual.

Estes tempos médios eram mais elevados para os residentes no Arco de São Jorge (45,1 minutos) e no Jardim da Serra (40,3 minutos), com durações médias superiores a 40 minutos.

Destacam-se, ainda, quatro freguesias onde a população residente empregada ou estudante, que utilizava o transporte coletivo como principal meio de transporte nas deslocações, demorava, em média, menos de 20 minutos até ao local de trabalho ou estudo: 10,4 minutos na Ribeira da Janela, 17,4 minutos nos Prazeres, 18,3 minutos no Porto Santo e 19,8 minutos no Porto Moniz.

Figura 41 – Duração média dos movimentos pendulares da população empregada ou estudante que utiliza como principal meio de transporte o transporte coletivo e as cinco freguesias com menor/maior duração média, Freguesia, 2021



Fonte: INE/DREM, Recenseamentos da População e da Habitação.

## 5. Conceitos

**Alojamento:** Local distinto e independente que, pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado, transformado ou está a ser utilizado, se destina a habitação com a condição de não estar a ser utilizado totalmente para outros fins no momento de referência: por distinto entende-se que é cercado por paredes de tipo clássico ou de outro tipo, é coberto e permite que uma pessoa ou um grupo de pessoas possa dormir, preparar refeições ou abrigar-se das intempéries separado de outros membros da coletividade; por independente entende-se que os seus ocupantes não têm que atravessar outros alojamentos para entrar ou sair do alojamento onde habitam.

**Alojamento familiar:** Alojamento que, normalmente, se destina a alojar apenas uma família/agregado doméstico e não é totalmente utilizado para outros fins no momento de referência.

**Alojamento familiar clássico:** Alojamento familiar constituído por uma divisão ou conjunto de divisões e seus anexos num edifício de carácter permanente ou numa parte estruturalmente distinta do edifício, devendo ter uma entrada independente que dê acesso direto ou através de um jardim ou terreno a uma via ou a uma passagem comum no interior do edifício (escada, corredor ou galeria, entre outros).

**Alojamento familiar de residência habitual:** Alojamento familiar ocupado que constitui a residência habitual ou principal de pelo menos uma família.

**Alojamento familiar vago:** Alojamento familiar desocupado e que está disponível para venda, arrendamento, demolição ou outra situação no momento de referência.

**Área mediamente urbana:** Freguesia que contempla, pelo menos, um dos seguintes requisitos: 1) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a Espaço Urbano, sendo que o peso da área de espaço de ocupação predominantemente rural ultrapassa 50% da área total da freguesia; 2) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a espaço urbano em conjunto com espaço semiurbano, sendo que o peso da área de espaço de ocupação predominantemente rural não ultrapassa 50% da área total da freguesia; 3) a freguesia integra a sede da Câmara Municipal e tem uma população residente igual ou inferior a 5.000 habitantes; 4) a freguesia integra total ou parcialmente um lugar com população residente igual ou superior a 2.000 habitantes e inferior a 5 000 habitantes, sendo que o peso da população do lugar no total da população residente na freguesia ou no total da população residente no lugar, é igual ou superior a 50%.

**Área predominantemente rural:** Freguesia não classificada como "Área Predominantemente Urbana" nem "Área Mediamente Urbana".

**Área predominantemente urbana:** Freguesia que contempla, pelo menos, um dos seguintes requisitos: 1) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a espaço urbano, sendo que o peso da área em espaço de ocupação predominantemente rural não ultrapassa 50% da área total da freguesia; 2) a freguesia integra a sede da Câmara Municipal e tem uma população residente superior

a 5.000 habitantes; 3) a freguesia integra total ou parcialmente um lugar com população residente igual ou superior a 5 000 habitantes, sendo que o peso da população do lugar no total da população residente na freguesia ou no total da população residente no lugar, é igual ou superior a 50%.

**Condição perante o trabalho:** Situação do indivíduo perante a atividade económica no período de referência podendo ser considerado ativo ou inativo.

**Densidade populacional:** Intensidade do povoamento expressa pela relação entre o número de habitantes de uma área territorial determinada e a superfície desse território, habitualmente expressa em número de habitantes por quilómetro quadrado.

**Edifício:** Construção permanente, dotada de acesso independente, coberta e limitada por paredes exteriores ou paredes-meias que vão das fundações à cobertura e destinada à utilização humana ou a outros fins.

**Edifício clássico:** Edifício cuja estrutura e materiais empregues tem um carácter não precário.

**Empregado:** Indivíduo com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava numa das seguintes situações: 1) tinha efetuado trabalho de pelo menos uma hora, mediante pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros; 2) tinha uma ligação formal a um emprego mas não estava temporariamente ao serviço; 3) tinha uma empresa, mas não estava temporariamente a trabalhar por uma razão específica; 4) estava em situação de pré-reforma, mas a trabalhar.

**Índice de lotação do alojamento:** Indicador do número de divisões a mais ou a menos em relação ao número de residentes no alojamento.

**Índice de polarização de emprego:** Quociente entre a população empregada numa determinada unidade territorial e a população aí residente e empregada.

**Local de residência habitual:** Local onde a pessoa passa habitualmente o seu período de descanso quotidiano (independentemente de ausências temporárias por motivos de lazer, férias, visita a amigos e familiares, atividade profissional, tratamento médico ou outras), e onde vive ou tem a intenção de viver a maior parte do ano, tendo por referência os últimos 12 meses.

**Lugares estatísticos:** Entende-se por lugar estatístico um aglomerado populacional com 10 ou mais alojamentos destinados à habitação de pessoas e com uma designação própria, independentemente de pertencer a uma ou mais freguesias.

**Migração:** Deslocação de uma pessoa através de um determinado limite espacial, com intenção de mudar de residência de forma temporária ou permanente. A migração subdivide-se em migração internacional (migração entre países) e migração interna (migração no interior de um país).

**Movimento pendular:** Deslocação diária, entre a residência e o local de trabalho ou estudo, efetuada pela população residente que vive no respetivo alojamento a maior parte do ano.

**Necessidades de reparações no edifício:** Verificação da necessidade de intervenção no edifício.

**População residente:** Conjunto de pessoas que, independentemente de estarem presentes ou ausentes num determinado alojamento no momento de observação, viveram no seu local de residência habitual por um período contínuo de, pelo menos, 12 meses anteriores ao momento de observação, ou que chegaram ao seu local de residência habitual durante o período correspondente aos 12 meses anteriores ao momento de observação, com a intenção de aí permanecer por um período mínimo de um ano.

**Principal meio de transporte utilizado:** Transporte utilizado para percorrer a maior distância da viagem, sendo que no caso de ser diferente na ida e na volta, se opta pelo meio de transporte utilizado na ida.

**Saldo migratório interno:** Número de imigrantes na unidade territorial provenientes de outras unidades territoriais – Número de emigrantes da unidade territorial para outras unidades territoriais.

**Taxa de atração de empregados:** População empregada não residente que se desloca para a unidade territorial para trabalhar / População empregada na unidade territorial (independentemente do local de residência) x 100.

**Taxa de atração de estudantes:** População estudante não residente que se desloca para a unidade territorial para estudar / População estudante na unidade territorial (independentemente do local de residência) x 100.

**Taxa de atração de população residente:** População residente que em 31/12/2019 residia noutra unidade territorial / População residente na unidade territorial x 100.

**Taxa de repulsão de empregados:** População residente empregada que se desloca para outra unidade territorial para trabalhar / população empregada que reside na unidade territorial (independentemente do local de trabalho) x 100.

**Taxa de repulsão de estudantes:** População residente estudante que se desloca para outra unidade territorial para estudar / população estudante que reside na unidade territorial (independentemente do local de estudo) x 100.

**Taxa de repulsão de população residente:** População residente que em 31/12/2019 residia na unidade territorial e já não reside / População residente na unidade territorial x 100.

**Taxa migratória interna:** Saldo migratório interno / População residente na unidade territorial x 100.